

Antonio Cruz - ABr



Temer diz que a denúncia de sua roubalheira é 'conspiração'

1
REAL
BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Divulgação

HORA DO POVO

ANO XXVIII - Nº 3.580 18 e 19 de Outubro de 2017

Cada vez mais isolado, chefe da gang chama presidente da Câmara Federal de "criminoso"

Nas vésperas de ser julgada, pela Câmara, a autorização para que Temer seja processado no STF, o depoimento de Lúcio Funaro, operador de propinas da cúpula do PMDB, expôs a alentada carreira de crimes do ocupante atual do Planalto. Sua publicação – pelo presidente da

Câmara, Rodrigo Maia, atendendo ofício da presidente do STF, Carmen Lúcia – fez Temer, através de seu advogado, chamar a divulgação de “criminoso vazamento”. Dois dias depois, o advogado pediu desculpas a Maia – que não aceitou. Em carta aos deputados, Temer chama a denúncia de seus

crimes de “conspiração”, “urdidura conspiratória” e fala em golpe de Estado, exatamente como Lula, Aécio e outros corruptos que a cada dia estão mais parecidos. O sujeito rouba, todo mundo sabe que ele é ladrão – mas acha que pode provocar o povo brasileiro, dizendo-se “perseguido”. P. 3



Marcelo Camargo - ABr

Governo libera trabalho escravo em troca de votos na Câmara

Bancos obrigaram PT a beijar a cruz. Sou antagônico ao rentismo, diz Ciro

O ex-ministro Ciro Gomes afirmou que “os bancos obrigaram o PT a beijar a cruz” na eleição de 2002, quando na campanha que elegeu Lula o partido divulgou documento destinado a acalmar os banqueiros. “Eu não vou beijar.”, disse. **Página 3**

Pedro Corrêa (PP) cita Lula e Dilma e fala que Cunha era máquina de roubar

Site da Câmara divulgou vídeos com depoimentos da colaboração premiada do ex-deputado homologada pelo ministro Edson Fachin. **Pág. 2**

Ministro quer tirar Hemobrás e pôr privada suíça. Para MP é sabotagem

O Ministério Público Federal de Pernambuco pediu o afastamento do ministro da Saúde, Ricardo Barros, pela prática de “desvio de poder”. **Página 4**



PF faz busca no gabinete do irmão de Geddel, o deputado Lúcio Vieira Lima

Ele tem a chave do apê com R\$ 51 milhões, diz o dono do imóvel

A Polícia Federal cumpriu, na segunda-feira, mandados de busca e apreensão no gabinete e nos apartamentos (Brasília e Salvador) do deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA). Esta operação é um desdobramento da operação que apreendeu R\$ 51 milhões em dinheiro vivo em um apartamento de Salvador. Após 5 horas de buscas, a equipe da PF saiu carregada de malotes e documentos após cumprir a operação. **Página 3**

Às vésperas da análise da nova denúncia contra Temer na Câmara dos Deputados, o governo publicou uma portaria (nº 1.129/2017) atendendo pleito antigo da bancada ruralista, que é mudar as definições de trabalho escravo, restringindo ainda a divulgação dos empregadores flagrados cometendo

trabalho escravo na “Lista Suja” à decisão “expressa” do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira. A portaria anula “condições degradantes” como um dos quatro elementos que configuram trabalho análogo ao de escravo, condicionando o trabalho escravo ao cerceamento da liberdade. **Página 5**

Sem conseguir voto secreto no Senado, propineiro tenta adiar a votação de seu afastamento

Atendendo a um pedido do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça-feira determinar que seja aberta a votação no Senado

sobre o pedido do STF para que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) permaneça afastado do cargo e recolhido à noite. A decisão isola Aécio mais ainda, que tenta adiar a votação. **P. 3**

Dida Sampaio - AE



Meirelles oferece Eletrobrás a especuladores em Washington



Meirelles recebeu o secretário do Tesouro/EUA, Jacob Lew, ano passado



Comitiva visitou o centro de lançamento de foguetes, no Maranhão, dia 5/10

Temer retoma tentativa de entrega da Base de Alcântara aos Estados Unidos

O governo de Michel Temer retomou de vez a negociação da entrega do Centro de Lançamento de Alcântara (MA) aos Estados Unidos, 16 anos após a proposta ter sido rejeitada pelo Congresso Nacional e pela população por representar um ataque à soberania brasileira. Há três meses o ministro da Defesa apresentou uma proposta "adaptada" para criação da área de domínio exclusivo dos Estados Unidos dentro de Alcântara para lançamento de foguetes. Segundo declarações recentes do embaixador norte-americano no Brasil, Michael McKinley, as exigências de segurança e proteção dos EUA continuam iguais, devido à "confidencialidade tecnológica". Isso significa a proibição da utilização da base pelo Brasil e também de que a Força Nacional tenha qualquer conhecimento sobre os artefatos e pesquisas realizadas lá.

Considerado um dos melhores lugares do mundo para lançamento de foguetes - por conta da estrutura e localização privilegiada - a prioridade do governo, ao invés de utilizar essa potência para desenvolver tecnologia aeroespacial nacional, é a de "geração de receitas". Segundo o deputado federal maranhense Pedro Fernandes (PTB), espera-se receber US\$ 6 bilhões com a entrega de Alcântara aos norte-americanos. "Hoje o mercado espa-

cial é de US\$ 330 bilhões. Com Alcântara, haveria uma entrada desses US\$ 6 bilhões para o Brasil, o que é significativo para a economia brasileira", disse em sua defesa do acordo em reunião da Comissão de Relações Exteriores do Congresso. No início do mês, Temer visitou o Maranhão pela primeira vez com parada única no Centro de Lançamento de Alcântara. Na ocasião, o ministro de Relações Exteriores Raul Jungmann declarou que a base "está pronta e acabada, é só virar a chave. Com aquela localização, a gente precisa, de fato, gerar recursos". Recursos públicos e patrimônio do povo desviados para pagar juros a bancos.

Justiça suspende a venda dos campos de Lara e Lapa no pré-sal para francesa Total

Em despacho do Juiz Edmilson da Silva Pimenta, da 3ª Vara Federal de Sergipe, no último dia 10, foi suspensa em caráter liminar, a venda, sem licitação, de participação da Petrobrás nos campos de petróleo Iara (22,5%) e Lapa (35%) localizados na Bacia de Santos, para a multinacional francesa Total. A decisão atendeu ao pedido feito por Ação Popular de iniciativa da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), através da advogada Raquel de Oliveira Sousa, sustentando que a alegada aliança estratégica entre a Petrobrás e a Total não é nada mais que a aplicação sistemática do programa de "desinvestimento" levado a cabo pela

atual direção da Petrobrás. Conforme despacho do juiz "a aludida cessão não se amolda às hipóteses de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, haja vista que o caráter competitivo do objeto a ser licitado é plenamente possível e aconselhável, visando à busca da satisfação integral ao interesse público." Assinalam ainda na petição, que a Total responde por atos de corrupção em vários países do mundo e mesmo assim o Sr. Pedro Parente e a direção da Petrobrás insistem em vender, a preço vil, parcelas importantes de sua participação em campos no pré-sal, cuja riqueza é imensurável e reconhecida pela Agência Internacional de Petróleo como um dos

campos mais promissores do mundo, não observando assim os princípios constitucionais da administração e do interesse público. Com Pedro Parente na presidência da Petrobrás, acobertado por Temer e Meirelles, o retalhamento e entrega do patrimônio da Petrobrás para o cartel das petroleiras segue num frenesi. Depois dos crimes contra Petrobrás apurados na Lava Jato, é ainda mais descabido fazer negócios, ainda mais ao arripio da Lei, com empresas envolvidas em casos de corrupção. No entanto, como tudo mais nesse governo, a regra é roubar ou dilapidar os bens públicos, persiste o mesmo filme na mais importante empresa nacional.

Em delação, Pedro Corrêa descreve atuação de Lula, Dilma e Cunha na Petrobrás

O site da Câmara dos Deputados divulgou, na segunda-feira (16), vídeos com trechos dos depoimentos da colaboração premiada do ex-deputado Pedro Corrêa (PP/PE), prestados em abril do ano passado e em agosto deste ano. A colaboração foi homologada pelo ministro Edson Fachin, relator da Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF).

Corrêa, que foi líder do PP, citou os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff e afirmou que o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) era uma "máquina de arrecadar dinheiro". O ex-deputado descreveu as relações entre os partidos e as diretorias da Petrobrás, principalmente as de abastecimento e a da área internacional.

Ele contou que Lula participou diretamente da nomeação de Paulo Roberto Costa para a diretoria de Abastecimento da estatal. Em outros termos da colaboração premiada, que a TV Globo teve acesso, Pedro Corrêa afirmou que a então presidente Dilma mandou, em 2011, um diretor da Petrobrás a voltar a pagar propina ao PP.

O ex-deputado contou que na época o partido estava dividido e ele ficou no grupo que não estava mais recebendo propina da diretoria de Abastecimento, comandada por Paulo Roberto Costa. Segundo o depoimento, o então diretor afirmou que só retornaria os pagamentos ao grupo de Corrêa se houvesse um "sinal de fumaça" do Planalto.

De acordo com Pedro Corrêa, o então ministro das Cidades Mário Negromonte, que era deputado pelo partido, viajou com Dilma para lançar o projeto do metrô de Curitiba e aproveitou para conversar com ela sobre o assunto, queixando-se que Paulo Roberto Costa estava se recusando a atender financeiramente o grupo do PP.

Pedro Corrêa afirmou que a presidente encarregou os ministros Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) e Ideli Salvatti (Secretaria de Relações Institucionais) para fazer com que Costa retomasse os repasses de vantagens indevidas. Com o aval dos ministros, o ex-diretor voltou a pagar propina ao PP.

Espanhol Santander é o banco com mais reclamações no BC

O Santander foi o banco com maior índice de reclamações no terceiro trimestre de 2017, entre 10 bancos com mais de 4 milhões de clientes, conforme dados do Banco Central, divulgados na segunda-feira (16), sobre o ranking que inclui bancos e financeiras. Com seus quase 39 milhões de clientes, foram 1.600 reclamações no período, o que determinou um índice de 41,23.

Os principais motivos das queixas no trimestre foram relativas a "integridade, confiabilidade, segurança, sigilo ou legitimidade das operações e serviços" e ocorrências relativas "a oferta ou prestação de informações a respeito de produtos e serviços de forma inadequada". O ranking do BC inclui, além do Santander e Votorantim, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil, Itaú, Bradesco, Banrisul, Banco do Nordeste, Pernambucanas Financeiras e Midway S.A.

Em segundo lugar aparece o Banco Votorantim com um índice

de 32,05, que corresponde a 130 reclamações, relativas a um total de cerca de 4 milhões de clientes.

Em terceiro lugar aparece a Caixa Econômica Federal que com 86,6 milhões de clientes e um total de 2.764 reclamações ficou com um índice de 31,88. Na quarta posição aparece o Bradesco com índice de 23,99, seguida pelo Banco do Brasil com 22,00 de índice. Na sexta posição aparece o Itaú com índice de 17,20.

O índice é determinado pelo número de reclamações reguladas procedentes, dividido pelo número de clientes e multiplicado por 1.000.000.

O espanhol Banco Santander lucrou 37% no segundo trimestre de 2017, em comparação com o mesmo período do ano passado, graças ao Brasil. Aqui, o lucro do Santander no período cresceu 29,3%, alavancado pelos juros altos do BC, redução de despesas, demissões de funcionários e alta das tarifas.

Ministro da JBS e do BankBoston negocia nos EUA o patrimônio do povo brasileiro e diz que privatização será como o desmonte da Telebrás

Em Washington, após participar da reunião anual do Fundo Monetário Internacional (FMI) e de uma sessão de perguntas e respostas durante encontro com "investidores" no Instituto para Finanças Internacionais, Meirelles insistiu em sua arenga de "necessidade" da aprovação este ano do assalto à Previdência para favorecer ainda mais os bancos. "É uma questão de bom senso para o país aprovar agora a reforma da Previdência", disse a jornalista, na quinta-feira (12).

Segundo o ministro de Temer, aprovação da reforma em 2017 ajudaria a aumentar "o nível de confiança, a força e a estabilidade dos índices econômicos e o volume de investimento". Contudo, asseverou que a dita reforma é "fundamental" para o cumprimento do teto de gastos não financeiros, que congela os investimentos, deixando livre apenas os gastos com juros e amortizações da dívida pública.

Para Meirelles, "se não houver aprovação das medidas necessárias e se, em algum momento, o Orçamento e as despesas públicas violarem a regra do teto, os mecanismos são autocorretivos. Existe, então, o corte de novas isenções, subsídios, paralisação de qualquer aumento de contratação ou de salários".

ELETROBRÁS

Em palestra promovida pela Câmara de Comércio Brasil - Estados Unidos, na sexta-feira (13), ele afirmou que a Eletrobrás pode ser privatizada até 2018: "É possível e deverá ser tão importante quanto a privatização das telecomunicações". Resta a pergunta: para quem foi importante a privatização das telecomunicações? Para o país e para o povo é que não foi. A privatização resultou em serviços caros e ineficientes; possibilitou a criação de aberrações do tipo Oi - essa maravilha de "global player" petista -, atolada em uma gigantesca dívida de mais de R\$ 65 bilhões, toda de curto prazo. As empresas estrangeiras que se aposaram das redes e cabos estatais não investiram e aumentaram a remessa de lucro para suas matrizes no exterior.

Texto no Senado que cria Estatuto da Segurança beneficia Eunício

O texto que cria o Estatuto da Segurança Privada foi aprovado às pressas pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado na quarta-feira (11), véspera de feriado, atendendo o lobby das companhias estrangeiras e proibindo que instituições financeiras sejam acionistas de empresas de transporte de valores e segurança. O parágrafo do Estatuto que exclui os bancos beneficiará especialmente o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que é dono de 99,99% das ações da Remmo Participações, controladora das empresas de prestação de serviços de segurança e transporte de valores Confederal e CORPVS.

As empresas de Eunício disputam mercado com a espanhola Prosegur e com a americana Brinks - que dominam o setor e continuam com atuação salvaguardada no texto.

"Eu perguntaria se, com base na experiência recente, temos um paradigma de eficiência no setor privado? Penso que não. Empresas viciadas em subsídios e isenções, incompetências que mataram um rio, quebra de contratos devolvendo concessões e péssimos serviços prestados em setores que já são privados há décadas. Não há benefícios. Aumento de tarifa na certa", frisou o engenheiro Roberto D'Araújo, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Energético (Ilumina), em entrevista ao Correio da Cidadania, sobre a privatização da Eletrobrás. "O Brasil será o único país sem controle sobre um sistema integrado que construiu", acrescentou.

PIB

Meirelles não se furtou em assegurar o milagre da "recuperação da economia brasileira", conseguindo ver um Produto Interno Bruto (PIB) potencial de 4% "em três, quatro anos". Claro, desde que aprovada reformas como a da Previdência. "Algumas delas já foram aprovadas, como, por exemplo, a taxa de longo prazo para o BNDES [Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social]", destacou. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a instituição da TLP em substituição à TJLP vai restringir os investimentos.

A estimativa de análises do mercado financeiro, conforme o boletim Focus, do Banco Central, é que o PIB cresça 0,7% este ano, mesma projeção da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e do Fundo Monetário Internacional (FMI). Ou seja, abaixo do crescimento previsto para 30 países da América. Para 2018, o Fundo reduziu a estimativa de crescimento do Brasil de 1,7% para 1,5%.

No primeiro semestre deste ano, ante o mesmo período do ano passado, a variação do PIB brasileiro foi zero. Taxa de juro real maior do mundo, as regras do teto de gastos públicos e a instituição da TLP não favorecem o investimento, ao contrário, são impeditivos. Portanto, nada de novo no front e o país segue agonizando no fundo do poço.

VALDO ALBUQUERQUE

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.RJ 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000
Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barros/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.
www.horadopovo.com.br



Coppe/UFRJ

Pré-presidenciável do PDT para 2018

Ciro Gomes: "Política econômica de Lula foi criptoconservadora"

O ex-governador de Mato Grosso do Sul, pré-candidato do PDT à presidência em 2018, afirmou que "os bancos obrigaram o PT a beijar a cruz" na eleição de 2002, quando na campanha que elegeu o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva o partido lançou a famosa Carta ao Povo Brasileiro, documento destinado a acalmar o mercado financeiro. "Eu não vou beijar. Se não der, vou ficar assistindo de fora", disse.

"Em 2002, foi escrita a Carta ao Povo Brasileiro, por Luís Gushiken e Antonio Palocci. Depois conversei muito com o Lula sobre isso. Ali houve um beija-cruz, mesmo. E a política econômica do Lula foi criptoconservadora", avaliou, em entrevista ao jornal "Folha de S. Paulo".

Para o ex-governador, a política econômica do governo Lula "foi rigorosamente a mesma que a do Fernando Henrique", a quem o petista sucedeu. "Câmbio flutuante, hostil à indústria – tanto que a desindustrialização continuou sob o Lula –, superávit primário, que foram os maiores do mundo. E a dívida só cresceu. E meta de inflação, inclusive reduzida", comentou.

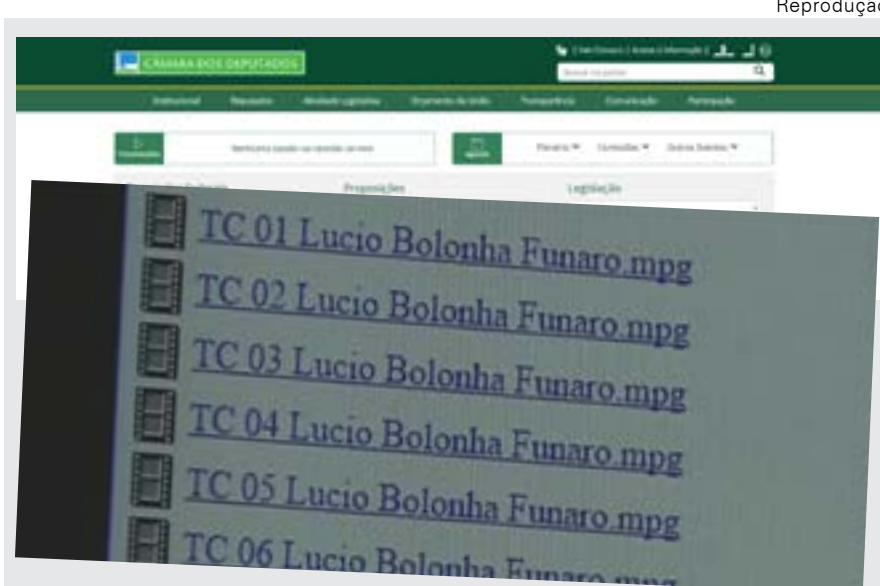
Ele destacou que por um período o governo do petista desenvolveu uma "política importante de melhoria do salário mínimo", mas depois "parou e desregulou pra futuro". "Ou seja, tudo o que é estrutural, o Lula beijou a cruz conservadora", acrescentou.

"O salário mínimo subiu de valor, até o limite em que ele congelou. O crédito subiu, mas ele não institucionalizou nada disso. E a rede de proteção social é política social compensatória. Num país de miséria de massa, de fome de verdade, isso não é trivial, é muito importante. Mas também nada disso foi institucionalizado, e nem é o futuro de uma nação como a nossa", criticou o ex-governador do Ceará.

Na segunda-feira (16), em palestra a estudantes da Faculdade de Economia e Administração da USP, o governador falou sobre seu "antagonismo com o rentismo" e sobre a disposição em trazer os "juízes para um padrão menor". Também defendeu a implantação de "um ciclo de reindustrialização" estimulada para recuperar a economia do país.

Segundo o petista, sua agenda "converge iniciativa privada e Estado saneado", oferecendo crédito e renúncia fiscal a setores que considera estratégicos, como agronegócio, saúde, defesa e indústria de óleo e gás.

Temer mente em mensagem para os membros da Câmara



Reprodução

Não Houve Vazamento. Vídeos de Funaro estão no site da Câmara

Michel Temer e Eduardo Cunha jogavam juntos para obter propina, revela doleiro

Os depoimentos do doleiro Lúcio Funaro à Procuradoria-Geral da República (PGR) revelam que Michel Temer agia em conjunto com Eduardo Cunha e tinha poder de mando no grupo do PMDB. "Parte do dinheiro que era repassado, capitaneado em todos esses esquemas que ele [Eduardo Cunha] tinha, dava um percentual também para o Michel Temer", disse Funaro. Segundo o depoente, Michel Temer não concentrava as negociações em uma única pessoa. Um dos homens de confiança de Temer era José Yunes. Funaro disse que a proximidade entre o seu escritório e os de Temer e José Yunes em São Paulo facilitava tudo. "O cara saía com a mala, ia andando meia quadra e já estava no escritório dele, não tinha problema nenhum", disse o doleiro.

Além de Yunes, Temer teria outros operadores que intermediariam pagamentos, disse o doleiro. O ex-deputado Eduardo Cunha e Wagner Rossi, que foi ministro da Agricultura nos governos Lula e Dilma, são outros operadores de Temer, mas, Funaro também citou João Baptista Lima Filho, coronel aposentado

da PM de São Paulo, e o ex-deputado paranaense Rodrigo Rocha Loures. Segundo Claudio Melo Filho, ex-executivo da Odebrecht, parte do dinheiro que foi pedido por Temer a Marcelo Odebrecht para uma campanha do PMDB em 2014 foi entregue diretamente para José Yunes, então assessor especial da Presidência, que deixou o cargo no governo logo após a divulgação dos depoimentos de Melo.

Funaro contou também que, em 2012, a então presidente Dilma Rousseff publicou a Medida Provisória 595/2012, conhecida como "MP dos Portos", com o objetivo de privatizar os portos. Lúcio Funaro disse à PGR que o texto original da medida provisória prejudicaria o grupo Libra, empresa doadora de propinas a Michel Temer. A empresa tinha débitos fiscais que a impediriam de renovar suas concessões no Porto de Santos (SP). Eduardo Cunha inseriu na MP uma cláusula permitindo essa renovação, sob certas condições – esse trecho acabou ficando na lei sancionada por Dilma.

O depoente descreveu Cunha como um "banco de corrupção de políticos": "todo mundo que

precisava de recursos pedia para ele, e ele cedia. Em troca, mandava no mandato do cara", disse o doleiro à PGR – ele ainda acrescentou que Cunha nem precisava procurar deputados interessados em entrar no esquema: "Fazia fila de gente atrás dele". "Na divisão de propinas da Caixa Econômica Federal, a maior parte do bolo ficava com o então vice-presidente de Pessoa Jurídica do banco, Geddel Vieira Lima", informou.

O doleiro confirmou que o dono da J&F ficou responsável por comprar o seu silêncio na cadeia. Funaro revelou que assinou um contrato fictício de R\$ 100 milhões com Joesley para esquentar notas frias que ele já havia emitido para uma empresa do grupo, a Eldorado. Como o contrato tinha de parecer mais antigo, caso fosse submetido a uma perícia da Polícia Federal, ele e Joesley assinaram e rasgaram os originais, ficando só com cópias – porque "com o xerox a PF não tinha como" atestar a data da assinatura. Eduardo Cunha também pediu dinheiro para comprar votos para garantir o impeachment de Dilma, informou Funaro.

SÉRGIO CRUZ

STF decide que votação sobre Aécio será aberta

Atendendo a um pedido do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu nesta terça-feira (17) determinar que seja aberta a votação no Senado sobre o pedido do STF para que o senador Aécio Neves (PSDB-MG) permaneça afastado do cargo e recolhido à noite. A decisão foi tomada pelo ministro Alexandre de Moraes.

Com isso, Aécio Neves está cada vez mais isolado e sem a garantia

de que terá os votos necessários para garantir sua impunidade começa a articular o adiamento da votação. Ele necessita angariar 41 votos para se livrar das punições dos seus crimes.

Onze senadores já avisaram que não estarão na sessão que seria realizada nesta terça. Com a votação aberta diminuem ainda mais as suas chances. Aécio está tão torrado que ninguém quer deixar suas impressões digitais na votação que

garantiria sua volta ao cargo. Seus cúmplices do Senado, entre eles, Eunício de Oliveira, presidente, já estão articulando o adiamento da votação.

Na semana passada o STF decidiu enviar ao Senado o pedido de autorização para que ele possa permanecer nesta condição. Aécio foi flagrado pedindo propina de 2 milhões de reais para Joesley Batista, dono da JBS, em troca da nomeação de um nome da JBS para a Vale.

PF faz buscas no gabinete do irmão de Geddel

A Polícia Federal cumpriu, na segunda-feira (16), mandados de busca e apreensão no gabinete do deputado Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA) na Câmara dos Deputados. Esta operação é um desdobramento da operação que apreendeu R\$ 51 milhões em dinheiro vivo em um apartamento de Salvador.

Após 5 horas de buscas, a equipe da PF saiu carregada de malotes após cumprir a operação no gabinete de Lúcio. Também foram apreendidos muitos documentos do apartamento do deputado em Salvador. A PF ainda cumpriu mandados de buscas na residência do parlamentar em Brasília.

Lúcio é irmão do ex-ministro Geddel Vieira Lima, que está preso no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília, por suspeita de ser o dono da fortuna apreendida. A operação investiga se há relação entre o deputado e os R\$ 51 milhões. Nas investigações, notas de dinheiro e as embalagens

que enchiam caixas e malas do imóvel tinham as digitais do ex-ministro Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), do ex-chefe da Defesa Civil em Salvador, Gustavo Ferraz, operador do peemedebista, e também de um assessor do gabinete de Lúcio Vieira Lima (PMDB-BA), Job Ribeiro Brandão. A PF ainda achou uma fatura de uma empregada de Lúcio no apartamento que fica a 1,2 km da residência de Geddel na capital baiana.

Nas planilhas da Odebrecht, Lúcio Vieira Lima é "Bitelo" e recebeu R\$ 1

milhão da empreiteira. Os investigadores querem saber se ele poderia ser beneficiário ou intermediário do dinheiro. As investigações apontam que, na verdade, o apartamento foi emprestado pelo dono Silvio Antonio Cabral da Silveira a Lúcio Vieira Lima e era usado por Geddel.

A operação foi realizada a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR). Os mandados de busca e apreensão foram expedidos pelo ministro Luiz Edson Fachin, relator da Lava Jato no STF. Reprodução



Lúcio e o irmão Geddel, que está na prisão

Chamou de "criminoso vazamento" a divulgação pela Câmara do depoimento do doleiro Lúcio Funaro

No Brasil dos tempos atuais, todo ladrão – não os de galinha ou de roupas estendidas no varal, mas os do dinheiro público e da propriedade pública – é, por definição, inocente. Todos. Sem exceção.

INOCENTES

Se o Temer é flagrado (e gravado) quando acertava uma propina com o Joesley da JBS – que maior prova pode existir da sua inocência?

Se o Lula é pego com a boca na botija – quer dizer, com a mão no triplex do Guarujá ou no sítio de Atibaia ou com o bolso no departamento de propinas da Odebrecht ou nas contas do Joesley da JBS no exterior – não tenha dúvida, leitor, só pode ser perseguição política. Nada disso existe. Somos todos nós que estamos acometidos de alucinações incoercíveis.

Se o Aécio é agarrado em flagrante ao acertar uma propina de R\$ 2 milhões com o capo da JBS (algo que era tão propina, tão propina, que o próprio Aécio diz para Joesley, sobre o intermediário para entregar – ou pegar – o dinheiro: "Tem que ser um que a gente mata ele antes dele fazer delação") – não tenha dúvida, amigo leitor, estamos diante de um inocente. Só pode ser perseguição política.

Assim, diz Temer em carta aos deputados, se Funaro, operador do PMDB, relata como ele – presidente do partido, vice-presidente da República e presidente – levava propina em cada ladroagem (na Petrobrás, nas hidrelétricas do Rio Madeira, no FI-FGTS, na Caixa Econômica ou vendendo medidas provisórias) – ora, leitor, isso só pode dizer que ele está sendo vítima de um golpe de Estado.

Lançada pelo PT, a moda de berrar "golpe" quando se descobrem os malfeitos e os golpes reais da própria lavra, foi adotada agora por Temer. Cada vez os corruptos estão mais parecidos. Em sua carta, Temer fala de "torpezas e vilezas", "vocabulário chulo", "urdidura conspiratória" – uma linguagem saída (embora, com muito menos cultura e muito mais estupidez) de algum ossário da República Velha. Por pouco não condena a frascaria e a lubrificidade das alcachofras em flor.

Mas fala do "diálogo sujo, imoral, indecente" dos "dirigentes da JBS", como se o seu próprio diálogo – oculto, na calada da noite, em pleno Palácio do Jaburu –, acertando propina com o principal desses dirigentes, não fosse uma sujeira, imoralidade e indecência ainda maior.

Entretanto, todo mundo sabe – porque ouviram – que ele é um ladrão. O depoimento de Funaro confirma, com alguma riqueza de detalhes, o que todo mundo sabe.

CUNHA

Aliás, a única prova que Temer, em toda a carta, apresenta de que está falando a verdade é a honradez do nobre ex-deputado Eduardo Cunha, tratado como um baluarte da limpeza na vida pública. E difícil encontrar prova que funcione tão exatamente ao contrário. Principalmente quando o depoimento de Funaro descreve, com precisão, como Temer, em troca de propina, avalizava os achaques de Cunha.

Mas Temer queixa-se de que estão tentando "enlamear" seu nome e sua honra.

Naturalmente, não existe honra sem identificação com a Nação, com os seres humanos – e sem a consequência desta identificação: o respeito à verdade.

Portanto, não é um lugar-comum observar que não é possível enlamear aquilo que não existe.

Porém, em Temer, o que existe, realmente, é a lama. Mas ninguém precisou atirá-la sobre o seu nome. Ele mesmo o afundou nela.

Basta ver, no final da sua carta aos parlamentares, o auto-elogio de sua obra social.

Em um país onde, toda noite, centenas, talvez milhares de pessoas cavucam o lixo daqueles que ainda não empobreceram tanto, esse anormal gaba-se de sua obra social e de como fez o país crescer. Nenhum escrúpulo. Nenhum respeito à verdade. Encenação de quinta categoria, penúria

espiritual, indigência mental – muita burrice – e sofreguidão por roubar.

Apenas isso. No sábado, através de seu advogado, Temer chamou a divulgação do depoimento de Funaro de "criminoso vazamento".

O depoimento foi divulgado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), de quem Temer não tem razões para se queixar. Maia divulgou o depoimento de Funaro em atenção a ofício da presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Carmen Lúcia.

Portanto, a degeneração de Temer chegou ao em que nem aqueles que o sustentaram no poder conseguem segui-lo. São chamados de criminosos quando cumprem, ainda que minimamente, o seu dever.

Para apoiar completamente Temer é necessário ver o mundo pelo avesso – e num grau extremo.

CÂMARA

Sobre a suposta polêmica em torno da publicação do depoimento de Funaro no site da Câmara, obviamente, se a presidente do STF quisesse manter em sigilo os vídeos do depoimento de Funaro, por que os encaminharia ao presidente da Câmara? A alegação de que ela encaminharia um *pen drive* com os vídeos apenas para uso dos deputados que irão julgar se autorizam ou não o processo contra Temer, considerando que são mais de 500, significa, na prática, liberá-los para o público. Neste caso, inclusive, o presidente da Câmara tomou o cuidado, antes da divulgação, de reunir-se com a presidente do STF e com o relator da Lava Jato, ministro Fachin, para decidir o que seria publicado. Portanto, não houve vazamento, senão no circo mambembe de Temer.

Dois dias depois, o advogado de Temer pediu desculpas a Maia – e este não aceitou, por achar que desculpas eram pouco, após ser chamado de "criminoso". O que seria uma reparação à altura da ofensa? A demissão ou auto-demissão do advogado de Temer. As vésperas deste ser julgado pela Câmara.

Mas, deixemos esse episódio, ou as especulações em torno dele. Vejamos a situação mais geral, condicionada pelas investigações que expõem a podridão da oligarquia política, de um modo que parece interminável – mas apenas porque, se depender dos corruptos, ela será, mesmo, infinita.

Localiza-se hoje no Brasil o maior número de ladrões inocentes e perseguidos injustamente da História da Humanidade. Nunca houve tantos corruptos honestos, honestíssimos.

Basta ver o recente programa do PT, em que alguns atores repetem: "não há provas", "não há provas", "não há provas", "é perseguição contra Lula".

Obviamente, não é que não haja provas. Lula é que não consegue responder às acusações. Como são verdadeiras, tenta engrupir o público, na crença de que a repetição "não há provas" fará com que isso se torne verdade. Goebbels já tentou esse método. Ao fim e ao cabo, não deu certo. Porque a verdade existe.

Então, leitor, se é o Aécio que foi flagrado enquanto roubava, só pode ser um roubo republicano. Mesmo que seja pego comprando um carregamento de 445 kg de cocaína com dinheiro do suborno da JBS – coisa que, certamente, o senador jamais fez, nem faria (estamos apenas recorrendo a uma imagem para efeito retórico e estilístico).

Temer e seus colegas de situação penal, com certeza, gostariam de ficar soltos para roubar. Essa pantomina de "perseguidos" é um embuste (nem toda pantomina é um embuste, naturalmente).

Mas existe, também, um fato: o repúdio do povo brasileiro a essa cepa de ratos da República é tal que eles estão – ou serão – mesmo perseguidos: pela Lei, pela Justiça, pela Nação, pelo Povo.

Já é muito difícil, para qualquer deles, passear pela rua. Vai ficar pior.

CARLOS LOPES

Temer põe a Lava Jato em perigo, adverte procurador

O procurador Carlos Fernando Lima, um dos principais procuradores da República que integra a força-tarefa da Operação Lava Jato, em Curitiba, usou suas redes sociais para denunciar que o presidente Michel Temer está "destruindo" a operação. Segundo Lima, a Lava Jato nunca esteve "tão em perigo quanto agora".

"O governo Temer está fazendo, pouco

a pouco, o que o governo Dilma queria, mas não conseguiu: destruir a Lava Jato e toda a esperança que ela representa", afirmou no sábado (14). A publicação foi feita após o governo, por meio de Advocacia-Geral da União (AGU), enviar ao Supremo Tribunal Federal (STF) uma manifestação em que pede a revisão da possibilidade de prisão após condenação em segunda instância.

Delegado da busca na casa do filho de Lula é afastado

O delegado de Paulínia, no interior de São Paulo, foi afastado do cargo após a desastrosa operação de busca e apreensão na casa de Marcos Claudio Lula da Silva, filho de Lula.

A operação de busca e apreensão na casa de Marcos Claudio Lula da Silva foi autorizada pela Justiça. Apesar disso, nada de irregular foi encontrado no imóvel. A nota da Secretaria de Segurança de São Paulo não dá o nome do delegado afastado. Nos jornais aparecem os nomes de dois delegados de Paulínia: Carlos Renato Ribeiro e Rodrigo Galazzo.

Na quarta-feira (11), após um pedido feito pelo advogado de Marcos Claudio, todos os objetos apreendidos foram devolvidos por não apresentarem nenhuma evidência de prática criminosa.

A juíza Marta Brandão Pistelli, da 2ª Vara do Fórum de Paulínia, que autorizou a operação, alega que "foi enganada" pelo delega-

do e que no pedido de busca não identificava o morador da residência. Ela não explicou se é normal autorizar buscas sem a identificação dos moradores. Disse também que autorizara que a polícia visitasse apenas um local, e não dois.

Alegando uma suposta "denúncia anônima" (tudo indica que foi forjada), o delegado e três investigadores armados foram na casa de Marcos Lula atrás de "drogas e armamento pesado". Eles não encontraram nada, mesmo assim o delegado levou dois computadores, CDs, DVDs e pen drives que encontraram na casa – e ainda foram para um segundo endereço, onde também não acharam nada.

Marcos Lula, filho biológico de Dona Marisa, foi criado como filho mais velho de Lula. Ele foi vereador e diretor de Turismo e Eventos na Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP) durante a primeira gestão de Luiz Marinho (2009-2012).

MPF pede o afastamento de ministro da Saúde de Temer

Segundo a procuradora, Ricardo Barros pratica “desvio de poder” ao querer transferir a Hemobrás de Pernambuco para o Paraná, apenas para favorecer seu “reduto eleitoral”

O Ministério Público Federal em Pernambuco (MPF-PE) pediu à Justiça que determine o afastamento cautelar do ministro da Saúde, Ricardo Barros, sob a alegação de que ele está atuando para favorecer seu “reduto eleitoral” com a transferência de tecnologia da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (Hemobrás) de Pernambuco para o Paraná.

Na ação civil pública, o MPF afirma que fica “clarividente o desvio de poder” de Barros, ao “assumir publicamente que possui interesse político em levar o “mercado de sangue” para o Estado do Paraná”.

A Hemobrás foi criada em 2004, com o objetivo de reduzir a dependência externa do país por hemoderivados, usados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para tratar pessoas com Hemofilia A, ao mesmo tempo, fomentar um pólo tecnológico na região Nordeste.

Segundo a procuradora da República Silvia Regina Pontes Lopes, o ministro tinha o propósito de retirar as instalações da Hemobrás de Pernambuco, transferindo a fabricação para seu o Paraná. A atuação do “Ministro de Estado visava redirecionar as atribuições institucionais da Hemobrás para o seu reduto eleitoral, em pública e notória violação aos princípios legais e constitucionais”, argumenta na ação civil pública, que completa, “o ministro busca esvaziar as atribuições institucionais da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia para atrair a seu estado, o Paraná, a produção e industrialização de hemoderivados essenciais ao Sistema Único de Saúde (SUS) e que, atualmente, são produzidos pela Hemobrás”.

Em julho, o Ministério da Saúde determinou a suspensão da PDP entre a Hemobrás e a Shire Farmacêutica Brasil, alegando problemas na transferência de tecnologia para a produção do “fator VIII recombinante”, medicamento essencial para portadores de hemofilia. As empresas atuaram juntas via Parceria de Desenvolvimento Produtivo (PDP) assinada em 2012, até o ano de 2022.

Paralelamente, o ministro articulava uma possível nova PDP

entre a empresa pública Tecpar, ligada ao governo do Paraná, e a multi suíça Octapharma. Embora ainda em análise pelo governo federal, Barros considerava a PDP no seu estado como a melhor alternativa.

A procuradora alegou que “diversos acontecimentos demonstram a deliberada atuação de agentes do Ministério da Saúde, inclusive do titular da pasta, o Sr. Ricardo Barros, com vistas a favorecer os interesses da empresa pública Tecpar e, especialmente, da empresa Octapharma. Dessa forma, constata-se sérios indícios de envolvimento dos agentes do Ministério da Saúde na deliberada prática do crime de advocacia administrativa (art. 321 do Código Penal), com o iter criminoso já iniciado, razão pela qual foram encaminhadas cópias integrais dos autos à Procuradoria Geral da República para a respectiva apuração da responsabilização criminal, bem como na prática de atos de improbidade administrativa, cujas medidas judiciais também serão adotadas”.

Ela justifica que a ação visa assegurar “em tempo hábil e com a observância dos contratos vigentes e a legislação pertinente”, a aquisição dos medicamentos, e que, uma vez que a comercialização de hemoderivados é proibida pela Constituição Federal, “é dever constitucional do Ministério da Saúde garantir o tratamento aos pacientes portadores de coagulopatias”.

As coagulopatias, como a hemofilia do tipo A, são doenças resultantes da deficiência de proteínas plasmáticas responsáveis pelo processo de coagulação que ajuda a estancar sangramentos. O tratamento faz a reposição da proteína do sangue por meio de medicamentos injetados na corrente sanguínea.

O MPF recomendou, em agosto, que não fossem nomeados, para cargos de gestão na Hemobrás ou do Ministério da Saúde, pessoas com vínculos diretos ou indiretos com empresas privadas interessadas na transferência de tecnologia da empresa pública. E reforçou que qualquer transferência da tecnologia deveria seguir a Lei de Licitações e Contratos ou legislação que regula a Parceria Público-Privada.



Ministro quer prejudicar a produção da Hemobrás para beneficiar empresa alemã

Preço das passagens aumentou após cobrança por despacho de bagagem

Mesmo após a promessa de queda nos preços após a cobrança por bagagens, o valor das passagens aéreas aumentou de junho a setembro deste ano.

Em 2016, quando a cobrança das bagagens despachadas foi anunciada, a associação das empresas aéreas disse que haveria redução das tarifas. “Em todos os países em que esse modelo foi implantado, os preços caíram”, afirmou Eduardo Sanovicz, presidente da Abear, em dezembro de 2016.

De acordo com o índice de preços da Faculdade Getúlio Vargas, as tarifas aumentaram 35,9% entre junho e setembro deste ano.

A mudança passou a valer no mês de junho. Mas, em vez de queda dos preços, o que se viu foi aumento no valor das passagens. E o que diz o IBGE, o instituto que calcula a inflação oficial do país. Segundo o levantamento do instituto, o aumento foi mais moderado, de 16,9%.

A Associação das Empresas Aéreas discorda. Divulgou um levantamento próprio feito em 21 rotas que



Alta nos preços chegou a 35,9%, apontou FGV

indica redução de até 30% nos preços. A Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça estranhou os números e os critérios usados pelas empresas nesse cálculo e abriu uma investigação. “Não é a metodologia usada pela Agência Nacional de Aviação Civil. Além da multa que pode chegar a R\$9,5 milhões, pode haver também sanção do que a gente chama de contrapropaganda”, explica Arthur Rollo, secretário Nacional do Consumidor.

Para o brasileiro que vai viajar nas férias, a preocupação com os preços continua. A empolgação de uma família que vai para um casamento em Goiás só não é maior por

causa delas: as seis malas que vão ser despachadas: “R\$ 80 cada mala. R\$ 480 só de mala”.

“Talvez um setor que tivesse um pouco mais de informação, de transparência para o consumidor, seria bem benéfico porque os preços conseguiriam realmente cair e cair de uma forma sustentável”, diz Juliana Inhaz, professora de economia do Insper.

A Anac e o Ministério da Justiça devem averiguar a fundo esta situação, e tomar as providências necessárias, para evitar que os usuários saiam dessa história como tolos apanhados numa promessa puramente retórica.

Aos 82 anos, Ricardo Zarattini falece em São Paulo

Faleceu neste domingo (15), o ex-deputado federal Ricardo Zarattini, com 82 anos, ele estava internado há dez dias na UTI do hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, por conta de um câncer na medula.

Zarattini iniciou sua militância política quando era secundarista, tendo participado da campanha de “Petróleo é Nosso”. Preso em 1968, em Pernambuco, torturado e encarcerado no Quartel Dias Cardoso (PE), fugiu em 1969, com a

ajuda dos soldados e voltou clandestinamente para São Paulo.

Em julho, foi preso pela Operação Bandeirante (Oban) e libertado em setembro, um dos 15 trocados embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick. Após sua libertação foi para o México, Cuba e Chile e voltou ao Brasil clandestinamente em 1974. Em maio de 1978, foi novamente preso, sendo libertado no ano seguinte no processo de anistia.

Foi presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo, membro do Partido Comunista Brasileiro e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR8. Filiou-se ao PT na década de 80. Em 1993, a convite de Brizola, foi trabalhar na liderança do PDT na Câmara dos Deputados, onde permaneceu até 2002. Assumiu uma vaga na Câmara dos Deputados em 2004. Deixa os filhos Carlos e Mônica Zarattini e três netas.

tadual dos Estudantes (UEE) de São Paulo, membro do Partido Comunista Brasileiro e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro - MR8. Filiou-se ao PT na década de 80.

Em 1993, a convite de Brizola, foi trabalhar na liderança do PDT na Câmara dos Deputados, onde permaneceu até 2002. Assumiu uma vaga na Câmara dos Deputados em 2004.

Deixa os filhos Carlos e Mônica Zarattini e três netas.

Número de mortes de jovens até 19 anos dispara no Brasil, aponta Unicef

No Brasil a cada mil jovens que completam 12 anos 3,65 são assassinados antes de chegar aos 19 em cidades com mais de 100 mil habitantes, segundo estudo coordenado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), divulgado na terça-feira (10).

O número é o mais alto desde que começou a ser medido, em 2005. No Nordeste, o índice é de 6,5, número que representa um aumento maior que o dobro desde 2005.

O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) engloba os 300 municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes e se baseia nos dados do ano de 2014 do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde.

Conforme a pesquisa, os assassinatos dos adolescentes no Brasil vêm subindo de forma contínua durante os governos Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (PMDB). Em 2011, registrou 2,8; em 2012, 3,3; em 2013, 3,4, até alcançar o nível atual. No início da série, em 2005, o IHA era de 2,8. Seu valor mais baixo foi de 2,6, nos anos de 2007 e 2009.

Segundo a pesquisa, em quase todos os estados do Nordeste, com exceção de Pernambuco, há pelo menos dois municípios com índices superiores a 6. A região apresenta o IHA médio mais elevado — 6,5. Se a situação não melhorar, 16,5 mil jovens nordestinos poderão ser mor-

tos de 2015 a 2021.

Fortaleza tem o maior índice, com 10,94 homicídios para cada grupo de mil jovens na faixa etária visada pelo relatório. Na lista com as dez capitais mais violentas, a cidade é seguida por Maceió (9,37), Vitória (7,68), João Pessoa (7,34), Natal (7,10), Salvador (6,87), São Luís (6,68), Teresina (6,59), Belém (5,32) e Goiânia (4,76). As cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo ocupam, respectivamente, a 19ª e a 22ª posição entre as capitais, com IHAs 2,71 e 2,19.

As capitais onde os adolescentes menos correm o risco de serem mortos são Campo Grande (1,89), Florianópolis (1,73) e Boa Vista (1,40).

Diferentemente de todo o estudo, o cálculo dos municípios mais letais para os jovens de 12 a 18 anos foi feito sobre as cidades com mais de 200 mil habitantes. Segundo os autores, o IHA fica mais preciso nesse universo. O maior IHA entre foi o de Serra (ES), a cidade capixaba mais populosa, estimada pelo IBGE em 502 mil habitantes. Localizada na Grande Vitória, Serra alcançou IHA de 12,71 em 2014, com 90 mortes esperadas de adolescentes, contra IHA de 13,73 em 2013 e 98 mortes. Itabuna, no sul da Bahia, com IHA de 11,88, está no segundo posto de letalidade para os adolescentes, saltando de 24 mortes esperadas entre 12 e 18 anos em 2013, para 37, em 2014.

O IHA 2014 apresenta também cálculos de riscos relativos, como sexo e raça. No tocante ao sexo, o índice é pior para os ado-

lescentes homens: eles têm 13 vezes mais risco de morrer vítima de homicídio do que as adolescentes mulheres.

Conforme a pesquisa, em 272 municípios pesquisados, o adolescente homem tem mais risco de ser assassinado que a adolescente mulher e em apenas seis municípios o risco se inverte.

O risco relativo por sexo, de 13,16 em 2014, vem subindo sequencialmente desde 2011. Já foi pior em 2005, com 13,42, e em 2008, com 14,26.

Quando o fator de análise é o risco relativo por cor/raça, o IHA 2014 revela que o risco de um adolescente negro ou pardo morrer é 2,85 vezes maior do que um adolescente branco ou amarelo. É nova alta, depois de duas quedas consecutivas, em 2012 e 2013.

“Estes valores são elevados. Uma sociedade não violenta deveria apresentar valores não muito distantes de zero e, certamente, inferiores a 1”, explicam os autores.

O estudo alerta que se as condições que prevaleciam em 2014 não mudarem, 43 mil adolescentes poderão ser mortos, entre 2015 e 2021, nos 300 municípios analisados. O IHA é calculado para cada grupo de mil pessoas entre 12 e 18 anos.

O trabalho é uma parceria com o Ministério dos Direitos Humanos do Brasil, o Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).



Podre jurisprudência

O STF jogou a batata quente “Aécio Neves” de volta no colo do senador federal, que para salvar o companheiro pretende recorrer ao “voto secreto”. O voto secreto nesse caso será um retrocesso, e uma porta aberta para que tudo continue como sempre foi. Jurisprudência total da podridão que permeia aquele recinto político. Quem se omite atrás de um voto secreto, é porque também tem algo bem fétido a esconder. Ter bandido de estimação, bandido é. E falando em lei, outra que precisamos fazer força para aprovar é o tempo de mandato de um senador. Quatro anos como qualquer outro cargo político. Muito tempo de mandato para transformar aquela casa numa pocilga de impunidade. Mudança já!

Beatriz Campos - São Paulo, SP

Cabraiduto

É inadmissível esta dívida bilionária do estado do Rio de Janeiro com seus servidores. Não é à toa que a UERJ está como está. E não é só ela, todas as universidades do Rio de Janeiro estão sofrendo consequências da crise que o estado vem passando. Enquanto isso, em vez de eu me deparar com notícias de atitudes positivas oriundas do governador do estado para reparar os danos e garantir o direito dos estudantes e trabalhadores, só vejo cada vez mais manchetes de envolvimento de Pezão com Sérgio Cabral e seus esquemas. O povo não aguenta mais!

César Augusto de Toledo - Niterói, RJ

Pezão diz que vai pagar salários do mês de agosto aos servidores da Saúde

O governo do estado do Rio de Janeiro anunciou na tarde desta segunda-feira (16), que irá efetuar dois procedimentos de pagamento de salários atrasados dos servidores.

Sobre o salário de setembro resta a ser pago R\$ 650,3 milhões para um total 221 mil servidores.

A Secretaria de Estado de Fazenda efetivou o pagamento integral referente ao mês de setembro para os servidores ativos da Educação e do Degase (Departamento Geral de Ações Socioeducativas) e para os servidores ativos, aposentados e pensionistas da Segurança e funcionários das secretarias de Segurança e Administração Penitenciária e órgãos vinculados.

Será realizado o depósito do vencimento integral dos vinculados à Secretaria de Fazenda e Planejamento, e ao Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio de Janeiro (Proderj). Já o pagamento pendente de agosto irá beneficiar o restante dos servidores ativos da Saúde, além de todos que recebem até R\$ 6.616 líquidos.

Esta atitude do governo manterá 15.375 servidores ativos, aposentados e pensionistas ainda na espera de receber o pagamento do mês de agosto. A dívida acumulada com estes funcionários é de R\$ 163 milhões, segundo a Secretaria de Fazenda e Planejamento.

Falta de medicamentos para HIV é relatada em 13 estados

Em uma situação onde 13 estados declaram problemas no estoque de antirretrovirais, pessoas vivendo com HIV relatam a aflição e os riscos diante das últimas falhas na distribuição de remédios que fazem parte do coquetel contra a Aids.

Vinicius Silvino, de 25 anos é músico e luta pelo fim da discriminação contra pessoas portadoras do vírus. Agora, ele solta a sua voz para expor as falhas na distribuição de medicamentos, demonstrando a angústia das mais de 830 mil pessoas que fazem o tratamento de HIV/AIDS no Brasil.

“Remédios que eu recebia em quantidade suficiente para dois meses, passaram a ser entregues para apenas um. Outros passaram a ter distribuição quinzenal. Isso nos coloca em constante apreensão e a alguns de nós, em risco”, alerta.

“O Brasil está vivendo um dos piores momentos em relação à distribuição de antirretrovirais. Sempre falta em algum lugar. Estamos em um processo de retrocesso enorme. O governo está brincando com a vida das pessoas”, diz o psicólogo e porta-voz da Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids, Salvador Corrêa.

Atualmente, o SUS oferece, gratuitamente, 22 medicamentos para soropositivos, 12 deles produzidos no Brasil. Nos últimos meses, pelo menos 13 estados declararam problemas no estoque de antirretrovirais. “É muito triste tudo que está acontecendo. Os meses de julho e agosto foram um caos”, afirma Regina Bueno, advogada e defensora das causas de pessoas que vivem com HIV/Aids. Foi ela a quem o jovem Alex (nome fictício), carioca de 28 anos, recorreu quando se viu pela primeira vez sem ter o lamivudina (que faz parte do coquetel) para tomar: “Fiquei um dia sem. No mês passado, foi a mesma coisa. É complicado, não era para acontecer. Então, tenho medo do que possa ocorrer daqui pra frente”, lamenta o rapaz, que está em tratamento há mais de um ano.

Dória quer dar ração de sobras de alimentos vencidos aos pobres

O prefeito de São Paulo, João Dória (PSDB), anunciou na semana passada seu novo programa de alimentação para a cidade o “Alimento para Todos”, que pretende oferecer para as populações em situação de miséria um “composto granulado” feito a partir de restos de comida prestes a vencer, não comercializados pelas empresas e redes de supermercado. Em troca, as empresas receberão diversos incentivos econômicos.

Entre os benefícios às empresas estão incentivos “creditícios, compreendendo a concessão de financiamentos em condições favorecidas, admitindo-se créditos a título não reembolsável [...] isenção de imposto sobre serviços (ISS), imposto predial e territorial urbano (IPTU)”, entre outros incentivos fiscais.

Ana Carolina Felddenheimer, professora de Nutrição Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) criticou a proposta, “não ouvir só a indústria que tem um interesse claro em se livrar de parte do que sobra da produção. Produtos que seriam lixo, que a indústria teria de pagar para se livrar, porque hoje no Brasil quem gera lixo acima de determinada quantidade tem de pagar para recolher. Vai baratear esse custo ao mandar para a população esse complemento que a gente não sabe nem de onde veio, nem quais os produtos que vão nele”.

A empresa que produz a substância atualmente trabalha apenas com a ajuda de algumas

indústrias licenciadas e confeccionou somente amostras dos produtos. A dona da empresa, Rosana Perrotti, afirma que só a partir de agora vai dar para prosseguir com melhorias tecnológicas nas instalações que processam o “alimento”.

Segundo ela a empresa já “teve” uma fábrica que foi inaugurada em 2013, mas “não tinha volume suficiente pra processar porque são tecnologias que são aplicadas na indústria de alimentos e farmacêutica e que demandam volumes”. A sede atual da instituição é um condomínio de luxo, na Vila Olímpia, em São Paulo.



Na foto acima, Dória em seu café da manhã. Abaixo, a ração que o prefeito quer distribuir aos pobres



Cobap comemora 32 anos e conclama para 24º Congresso

WARLEY MARTINS*

A COBAP chegou aos 32 anos de existência com histórico de luta sensacional.

Tivemos participação decisiva na construção de leis previdenciárias e trabalhistas incluídas na Constituição de 1988.

Nossa Confederação foi diretamente responsável pelo reajuste de 147%, sendo a primeira a ocupar as ruas e conchamar a sociedade para as mobilizações. Somos pioneiros das principais batalhas travadas neste país.

Também é mérito da pressão exercida pela COBAP a sanção do Estatuto do Idoso, de autoria do senador Paulo Paim.

Todos os avanços obtidos nas últimas três décadas, que tangem aposentados, pensionistas e idosos, são frutos das incessantes lutas da Confederação, das federações e associações de base.

A COBAP teve dirigentes formidáveis. Cito os ex-presidentes Gilson Costa, Osvaldo Lourenço, Maria Machado, João Lima, Hermélio Campos e Benedito Marçlio. Cada um a sua maneira, contribuiu com a evolução administrativa e política da COBAP.

Há nove anos estou fazendo a minha parte. Exerço o terceiro mandato na presidência. Considero a COBAP como a minha segunda família. Tenho enorme apreço pelos diretores, funcionários e também pelos demais dirigentes do Conselho Deliberativo e das entidades filiadas.

Com apoio de todos, plantamos muitas sementes e regamos essa grande árvore todos os dias, adubando-a com honestidade, competência e ousadia.

Não seria ético ficar enaltecendo as realizações das minhas gestões. Quem me conhece, sabe o quanto amo e trabalho por essa fantástica entidade.

Seria cansativo citar tudo o que nossa equipe fez nos últimos nove anos em prol do movimento. O tempo é o senhor da razão e mostrará sempre a verdade.

Encerro esse texto lembrando que na próxima semana teremos o 24º Congresso Nacional dos Aposentados, que será realizado em Porto de Galinhas/PE, reunindo lá lideranças de diversas localidades que irão tomar importantes decisões para não perdermos direitos. E, no dia 9 de novembro, realizaremos um gigantesco manifesto de rua pelas ruas centrais de São Paulo, protestando contra a PEC 287 e pela recriação do Ministério da Previdência Social.

Viva aos aposentados e vida longa à Cobap!

*Warley Martins é presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas e Idosos (Cobap)



Corinthians foi derrotado por 2 a 0 Lambanças levam Timão à derrota contra o Bahia

Abusando no “direito” de errar, o Corinthians esteve irreconhecível na Fonte Nova e foi derrotado pelo Bahia por 2 a 0, gols de Vinícius e Régis, após falhas incríveis da equipe de Carille.

O Timão quase que abre o placar com Jô, mas parou no paredão Jean. Com uma sucessão de erros de passes, o Timão viu a equipe baiana crescer e numa falha bisonha de Fagner, que tentou um drible dentro de sua pequena área, o Bahia abriu o placar. No último lance do jogo, o goleiro Cássio foi para a área adversária. No rebote, Marquinhos Gabriel entregou a bola de mãos beijadas para Allione, que acionou Régis, que “só não entrou com bola e tudo porque teve humildade em gol”. Ao que parece, a equipe corintiana não assistiu a partida de Brasil e Chile, quando a equipe de Tite fez um gol igualzinho. Tanto assim, que Régis imitou a comemoração de Gabriel Jesus.

O Timão segue na liderança, com nove pontos à frente de Grêmio e Santos, segundo e terceiro lugares na tabela, respectivamente. Já o Bahia deu uma respirada e subiu para a 10ª colocação.

No Couto Pereira, Grêmio e Coritiba maltrataram a bola, com o Tricolor gaúcho levando a melhor com gol de Ramiro já nos acréscimos. A vitória levou o Grêmio à segunda posição, enquanto o Coxa amarga a vice-lanterna.

No Pacaembu, Santos e Vitória ficaram no 2 a 2, resultado que não agradou nenhuma das equipes. O Santos deixou de diminuir a diferença para o Timão e o Vitória continua rondando o Z-4.

Na primeira partida sem Cuca e com Alberto Valentim no comando, o Palmeiras superou o Atlético-GO por 3 a 1, gols de Willian, Moisés e Dudu, todos com passes de Keno, o nome do jogo, descontando o gordinho Walter, em pé-nalti cobrado com cavadinha. Com o resultado, o Verdão assumiu a quarta posição.

Com a volta da presença de seus torcedores, o Vasco venceu o clássico contra o Botafogo por 1 a 0, gol marcado por Nenê, bastante festejado pelos atletas do Glorioso, que segue no G-7, enquanto a Cruz de Malta encostou no grupo classificatório à Libertadores.

Governo corta combate a trabalho escravo para favorecer comparsas

Medida beneficia ruralistas nas vésperas da votação de denúncias contra Temer

As vésperas da análise de nova denúncia contra Temer na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, o governo publicou uma portaria (Portaria nº 1.129/2017) para atender as exigências da bancada ruralista no Congresso: a medida restringe a fiscalização do trabalho escravo com novas exigências para se concretizar flagrante, altera as definições de trabalho análogo à escravidão, e determina que a divulgação dos nomes dos empresários criminosos seja feita apenas por decisão “expressa” do ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira.

A ação do governo para agradar os ruralistas, frear o combate ao trabalho escravo e blindar os empresários escravocratas, impedindo a divulgação dos nomes na “Lista suja do trabalho escravo” - lista onde são divulgadas as empresas que submetem indivíduos a essa situação - ficou clara já na semana passada quando o ministro demitiu o chefe da divisão de combate ao trabalho escravo, André Esposito Roston, que vinha denunciando a falta de verbas na área. Com os cortes no investimento e menos fiscalização, o número de pessoas resgatadas caiu 34% em 2016 (766 pessoas) em relação a 2015 (1.010 pessoas).

Para completar o pacote, o governo editou a portaria que libera o trabalho escravo no país, piorando ainda mais as condições a que milhares de trabalhadores são submetidos tanto em áreas rurais como urbanas.

A decisão agradou os deputados do setor que aceitaram a moeda de troca: “é uma portaria bem clara que facilita o dia a dia do empregador. O setor produtivo estava solicitando há muito tempo”, disse o deputado Mauro Pereira (PMDB-RS).

Já o Ministério Público do Trabalho (MPT) condenou a portaria e anunciou que recomendará a sua revogação: “Essa portaria evidencia que o governo está de mãos dadas com quem escraviza. Na verdade, todo o conteúdo dessa portaria já é uma demanda antiga da bancada ruralista, que tem uma representação no Congresso Nacional, e todos esses parlamentares que se aproximaram do governo federal recentemente, se aproveitaram dessa aproximação, e agora todas as suas demandas estão contempladas nessa portaria editada pelo governo federal”, disse Tiago Cavalcanti, coordenador de Erradicação do Trabalho Escravo do MPT.

DEFINIÇÃO DE TRABALHO ESCRAVO

De acordo com as regras publicadas, ficam definidas quatro situações em que o trabalhador deve ser encontrado para se caracterizar trabalho análogo à escravidão:

“a) a submissão do trabalhador a trabalho exigido sob ameaça de punição, com uso de coação, realizado de

maneira involuntária;
b) o cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, caracterizando isolamento geográfico;
c) a manutenção de segurança armada com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto;
d) a retenção de documentação pessoal do trabalhador, com o fim de reter o trabalhador no local de trabalho.”

Dessa forma, denuncia Antonio Carlos de Mello, coordenador do programa de combate ao trabalho forçado da OIT no Brasil, a portaria anula “condições degradantes” como um dos elementos que configuram trabalho análogo ao de escravo ao afirmar que essa situação só existe com cerceamento da liberdade. Quer dizer, empregadores que submetem trabalhadores a locais insalubres, que não fornecem água potável, alimentação adequada, acesso à higiene, antes podiam ser acusados de submeter pessoas a condição degradante, o que muda com a nova regra. Agora, só será considerado trabalho escravo quando houver “cerceamento da liberdade de ir e vir”.

“A portaria traz a ideia reducionista de que escravo é a pessoa amarrada sem possibilidade de fugir. Essa é a ideia falsa utilizada no imaginário para tentar convencer que a legislação atual é exagerada”, diz Xavier Plassat, coordenador da Campanha contra o Trabalho Escravo da Comissão Pastoral da Terra. Para Rafael Garcia Rodrigues, procurador do trabalho e ex-coordenador nacional de erradicação ao trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho, o objetivo dessa medida também é aniquilar o conceito de servidão por dívida, um dos que podem caracterizar o crime. “Só seria escravidão análoga se também tiver exceção no direito de ir e vir por pessoas armadas. É um retrocesso inacreditável”, afirma.

Outro ponto que trata a portaria é que só será caracterizado trabalho escravo quando não houver consentimento do trabalhador, o que vai de encontro com as leis do trabalho atuais. Mesmo que um trabalhador “aceite” trabalhar 14, 16, 18 horas diárias, não é permitido por lei. “Vincular o trabalho escravo ao consentimento do trabalhador é um retrocesso de no mínimo 50 anos”, diz Magno Riga, auditor fiscal do trabalho e membro do grupo especial de fiscalização móvel, responsável por checar denúncias e resgatar trabalhadores.

Para o auditor ainda que o trabalhador aceite trabalhar em um determinado local não significa que ele acatou previamente as condições de trabalho em que ele se



Acima local flagrado por auditores fiscais do trabalho durante fiscalização



Nas áreas urbanas, o setor têxtil e da construção lideram os casos de trabalho escravo. Na área rural, os casos também são alarmantes. Abaixo, homem bebe água em recipiente de agrotóxico. Nova regra anulou “condições degradantes” como elementos que configuram trabalho escravo



encontra. Dessa forma, a ação estatal para retirá-lo daquele trabalho é necessária porque é pouco provável que ela saia da situação por si mesmo, afirma.

Além de exigir essas condições para a caracterização do trabalho escravo, a medida estabelece ainda uma série de exigências para que determinada situação seja autuada como crime, devendo constar “obrigatoriamente”:

“I - Menção expressa a esta Portaria e à PIMTPS/MMIR-DH nº 4, de 11.05.2016;

II - cópias de todos os documentos que demonstrem e comprovem a convicção da ocorrência do trabalho forçado; da jornada exaustiva; da condição degradante ou do trabalho em condições análogas à de escravo;

III - fotos que evidenciem cada situação irregular encontrada, diversa do descumprimento das normas trabalhistas, nos moldes da Portaria MTE 1.153, de 14 de outubro de 2003;

IV - descrição detalhada da situação encontrada.”

Esta última ainda deve ser acompanhada de comprovação de “existência de segurança armada diversa da proteção ao imóvel; impedimento de deslocamento do trabalhador; servidão por dívida; e existência de trabalho forçado e involuntário pelo trabalhador”.

Ou seja, querem exigir que uma denúncia por trabalho ilegal, subumano, humilhante, flagrado por auditores fiscais, só seja válida se esse “trabalho” ocorrer de forma bem organizada pelo empre-

gador. Em que situação poderá se exigir do empregado ou do empregador documentos que comprovem trabalho forçado ou jornada excessiva?? Nenhuma. Tudo se trata apenas de dificultar cada vez mais as denúncias.

A medida exige também a obrigatoriedade de “Boletim de Ocorrência lavrado pela autoridade policial que participou da fiscalização”, exigindo a presença de um policial, o que gerou críticas dos auditores fiscais do trabalho: “O texto tenta retirar a atribuição dos Auditores Fiscais do Trabalho para configurar o trabalho escravo, ao estabelecer a obrigatoriedade de ocorrência policial”, afirma o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (SINAIT).

“Os autos de infração relacionados a flagrante de trabalho escravo só terão validade se juntado um boletim de ocorrência lavrado por autoridade policial que tenha participado da fiscalização, condicionando assim a constatação de trabalho escravo, atualmente competência exclusiva dos fiscais do trabalho, à anuência de policiais”, diz a Comissão Pastoral da Terra.

Para o Sindicato dos Auditores Fiscais, além de agradecer a bancada ruralista, essa medida tem como objetivo mascarar os dados do trabalho escravo no Brasil: “O governo quer tornar muito difícil para os Auditores Fiscais caracterizar o trabalho escravo. Sob as regras da Portaria nº 1.129/2017, em pouco tempo haveria a falsa impressão de

que a escravidão acabou no país, mascarando a realidade. Com essa portaria, em pouco tempo haveria redução de mais de 90% dos resgates de trabalhadores. E o caso de tentar mudar a lei para alterar uma realidade, só que, nesse caso, para pior”, afirma o presidente do Sinaít, Carlos Silva.

“A portaria condiciona a caracterização do trabalho escravo ao consentimento ou não do trabalhador e à privação do direito de ir e vir, o que nem sempre ocorre. Muitas vezes o trabalhador não vai embora por falta de opção, ou por vergonha, porque acha que tem que saldar a dívida com o patrão, o que não significa que seu trabalho seja digno. Há muitos outros elementos presentes para comprovar a escravidão. O Ministério quer que voltemos ao conceito do Século XIX, de grilhões e correntes. Não vamos aceitar”, completou o presidente.

JÚLIA CRUZ

Metalúrgicos da Mitsubishi param fábrica em GO em defesa de direitos

Cerca de 2 mil trabalhadores da Mitsubishi em Catalão decretaram greve por tempo indeterminado no início desta semana (16), no estado de Goiás. A categoria reivindica reajuste de salário com aumento real, participação nos lucros e resultados (PLR), abono de R\$ 3.500, entre outros benefícios.

Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão (SIMECAT), os operários estão realizando diversas mobilizações desde o mês de agosto, após a montadora impor a criação de uma comissão para discutir a PLR sem a presença do Sindicato. A entidade levou o caso à justiça, que determinou a retomada da negociação da Mitsubishi com o sindicato.

O sindicato explica ainda que antecipou a campanha salarial numa tentativa de barrar os efeitos da reforma

trabalhista, que entre em vigor no próximo mês, e coloca em risco, direitos assegurados aos metalúrgicos.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), Miguel Torres, presente na assembleia dos metalúrgicos goianos, “é preciso compreender que sem a atuação do movimento sindical, o que irá existir é escravidão”, disse Torres, conchamando todos os trabalhadores a participarem da mobilização nacional dos metalúrgicos com protestos e greve, no dia 10 de novembro, contra a retirada de direitos da categoria pretendida pela “reforma trabalhista” e contra a reforma da Previdência. A ação conta com o apoio de 53 sindicatos do Estado de São Paulo e sindicatos de diversas regiões do país.

CSP-Conlutas realiza 3º Congresso e convoca trabalhadores à greve geral contra ‘reformas’

A Central Sindical CSP-Conlutas realizou o seu 3º Congresso Nacional no último final de semana, em Sumaré em São Paulo. O evento contou com a participação de cerca 2.600 pessoas, que deliberaram ações de resistência às reformas do governo de Temer, e pela construção de uma nova Greve Geral dos trabalhadores dia 10 de novembro.

Na abertura do Congresso, Atnágoras Lopes, integrante da Secretaria da Executiva Nacional (SEN) disse que os trabalhadores que saíram às ruas nas grandes mobilizações de 2017 terão “um papel decisivo na construção de uma nova Greve Geral”. Defendendo uma pauta unitária para barrar as reformas de Temer, Atnágoras destacou ainda que “não tem como se pular o inimigo sozinho. Agir enquanto classe é o critério que nos dá a possibilidade de enfrentar a força do inimigo”, disse o dirigente do Sindicato



da Construção Civil de Belém. Entre as principais resoluções aprovadas pelos mais de 1.900 delegados está o reforço à mobilização para o Dia Nacional de Lutas contra a retirada de direitos, marcado para 10 de novembro. Segundo Atnágoras a central está “orientando as entidades filiadas a não aceitar que os patrões implantem a reforma trabalhista nas negociações. Essa é uma saída imediata para as categorias que tem campanhas salariais neste segundo semestre”, lembrou Lopes.

Entre os dirigentes presentes no Congresso esteve o presidente da Central Geral dos Traba-

lhadores do Brasil (CGTB), Ubiraci Dantas, que saudou os congressistas, ressaltando que “esse congresso é realizado em um momento muito especial. Num momento em que o governo mente dizendo que está havendo crescimento. Quando sabemos que o que cresce é o desemprego, são os juros. Ineficientemente alguns setores do movimento sindical prefeririam trocar a reforma da previdência pelo imposto sindical. Mas nós vamos continuar essa luta. A Conlutas está mobilizando os metalúrgicos e isso é uma lição para quem não acredita na classe operária”, afirmou Bira.

Falcões e a cultura dos abutres: por que EUA sai da UNESCO

NEIL CLARK*

A decisão dos EUA de se retirar da UNESCO, braço da ONU para a educação, ciência e cultura, é um exemplo de seu desprezo pela idéia de igualdade entre as nações - princípio sob o qual a ONU foi fundada.

Os EUA não pagam um centavo à UNESCO [desde 2011, após seu retorno em 2002 depois de sua saída em 1984, somando uma dívida de US\$ 550 milhões em atraso].

O anúncio da saída - que entrará em vigor em 31 de dezembro de 2018 - é significativo por duas razões. Ao sair, os EUA (e Israel, que anunciou sua saída pouco depois dos EUA ter tornado pública a sua decisão), esperam exercer pressão para que a UNESCO mude de direção.

O estado atual da política no Oriente Médio - particularmente em relação à Síria - é outro fator importante para os eventos desta semana. Israel está frustrado pelo fato do presidente Bashar Assad (aliado do Hezbollah e Irã) não estar apenas no poder em Damasco, mas ganhando a guerra. No início do mês, o ministro da Defesa israelense, Avigdor Lieberman, exortou os EUA a "serem mais ativos na guerra síria".

Sabemos o que isso quer dizer. Porém, Trump não pode entregar na Síria o que Israel quer, ou seja, uma mudança de regime, porque os sírios e seus aliados são muito fortes, mas pode agradar Tel Aviv e o lobby pró-Israel presente nos EUA em outras áreas. Ou seja, desautorizando o acordo nuclear iraniano e deixando a UNESCO.

Os EUA citaram o chamam de viés "anti-Israel" da UNESCO como motivo para sair. Mas, o fato é que o órgão da ONU apenas refletiu as opiniões da maioria de seus membros sobre Israel e Palestina. A votação sobre a admissão da Palestina como membro, em outubro de 2011, foi quase consensual, 107 estados a favor e apenas 14 contra. Apenas um anti-democrata diria que os pontos de vista dos 14 deveriam prevalecer - o problema é que essa era a política dos EUA.

A noção de que a UNESCO persegue uma agenda anti-israelense ou anti-semite foi desafiada até mesmo em Israel. Escrevendo no Haaretz, o arqueólogo Yonatan Mizrahi declarou: "Podemos afirmar que a UNESCO não é uma organização anti-semite e sua decisão de declarar Hebron como Patrimônio Mundial não é anti-semite e não ignora a conexão judaica com a Tumba dos Patriarcas".

O problema com o órgão, assim como com a ONU em geral, é que seus ideais de internacionalismo genuíno e igualdade entre as nações estão em desacordo com o excepcionalismo dos EUA, obrigados a trabalhar nas estruturas da ONU durante a maior parte do pós-guerra. Após a dissolução da União Soviética, os falcões de Washington não viram mais nenhuma necessidade real para o apoio dos EUA a qualquer organismo que não fizesse exatamente o que eles precisavam. A falsa doutrina do "intervencionismo humanitário" foi inventada como meio de ignorar o Conselho de Segurança da ONU, o único órgão que poderia tornar a guerra legal - caso o país não esteja agindo em legítima defesa.

Arrogância imperial vociferada pela democrata, secretária de Estado, Madeline Albright, em 1998, ao falar sobre a guerra do Iraque: "Se devemos usar a força, é porque somos a América; somos a nação indispensável. Nós permanecemos de pé e do alto vemos o futuro mais longe do que outros países".

O que está por trás da saída de Washington da UNESCO e de sua frustração com a ONU em geral baseia-se na crença de que a "Nação Excepcional" não deveria aceitar uma decisão que não aprova, por mais democrática que seja. As organizações devem cumprir exatamente o que a política externa dos falcões dos EUA desejam.

* O autor da matéria, da qual publicamos os principais trechos escreve para os jornais Guardian, Morning Star, Daily Express, Daily Telegraph. O link para a íntegra em inglês é:

<http://www.rt.com/op-ege/406695-unesco-trump-us-israel/>

Harvey Weinstein usava poder da Miramax para agredir sexualmente destacadas atrizes de Hollywood

Desde a publicação das primeiras denúncias de assédio sexual contra um dos mais destacados produtores de Hollywood, Harvey Weinstein, não param de surgir novos relatos de assédio e agressão sexual contra ele.

Algumas das mais destacadas atrizes que trabalharam para suas empresas, Miramax e Weinstein Company divulgam agora os constrangimentos pelos quais passaram diante de Weinstein. E o caso de Gwyneth Paltrow, Angelina Jolie, Mira Sorvino, Ashley Judd e muitas outras.

A empresa que ele dirige o demitiu no dia 8.

Através de diversos artigos, vêm à tona informações que expõem o aproveitamento sexista de atrizes, modelos e funcionárias no centro cinematográfico. Segundo o New York Times, Weinstein já havia fechado "acordos" com pelo menos oito mulheres, incluindo uma assistente de produção em 1990, para evitar ações judiciais.

Com a atriz Rose McGowan, o - até algumas semanas atrás - festejado produtor, ganhador de Oscar, fechou, em 1996, acordo de US\$ 100 mil para "evitar litígio judicial".

Articulistas destacam o fato de isto ter ocorrido durante três décadas pelo menos, o que poderia passar despercebido e que, portanto, exigiu uma quantidade no mínimo muito expressiva de apoiadores ou encobridores de atitudes que agora se tornaram o atual escândalo.

E, de fato, não passaram. A cantora Courtney Love declara, agora, que já em 2005 alertava jovens

atrizes a não aceitarem convites do produtor para encontros em hotéis.

As atrizes destacadas, que agora contam estas abjeções dizem que as denúncias não vieram à tona antes por medo de perda de papéis ou outras retaliações.

Weinstein, se limitou a dizer que sabe que suas atitudes "causaram muita dor" e que está "tentando melhorar" e, em sua defesa, que "nunca retaliou nenhuma das que se recusaram" a ceder a seus investidas.

A articulista Lizzy Rattner, em artigo para o The Nation, intitulado "Quem mais permitiu ações de Harvey Weinstein foi a própria Hollywood", ao investigar o clima dos estúdios de cinema que predominam na cidade, acrescenta que as diferenças, além das de salário entre atores e atrizes são também uma demonstração da discriminação e desigualdade que atinge as mulheres em diversos níveis e não apenas o da predação sexual:

"Em 2016, as mulheres detinham apenas 17% das funções de ribalta nos 250 filmes de maior bilheteria. Entre 3.212 empregados como diretores, escritores, editores, produtores e cinegrafistas, somente 546 eram mulheres. O quadro é mais grave quando se olha cada tipo de serviço; apesar de 24 posições ocupadas por mulheres como produtoras, somente 7% estavam em cargos de direção, 13% como escritoras, 17% como editoras e 5% como cinegrafistas".

NATHANIEL BRAIA

Governo de Evo comanda maior crescimento na América do Sul



Evo Morales em visita à planta piloto de carbonato de lítio



Cristina: "Vamos dar basta às maldades de Macri contra o povo"

Campanha de Cristina Kirchner ao Senado reúne multidão em estádio

Diante de mais de 100 mil pessoas, a ex-presidente Cristina Kirchner encabeçou no estádio do time argentino, Racing Club, o ato central de encerramento da campanha da legenda Unidad Ciudadana, o movimento político que a indica como candidata a senadora pela província de Buenos Aires nas eleições legislativas que se realizarão no domingo (22).

Em seu discurso, Cristina fez referência ao Dia da Lealdade, data tida como da origem do peronismo, 17 de outubro, assinalando que o atual governo "prometeu mundos e fundos", mas, depois de 20 meses de gestão, se pode comprovar que "a única lealdade de Macri é com os grupos concentradores de renda, com os

seus amigos...por isso ser peronista hoje é dizer: basta Macri com tanta maldade contra o povo".

Inesperadamente, na hora em que ocorria a mobilização de milhares de pessoas que se dirigiam à manifestação, os trens da ferrovia Roca que chega até Avellaneda, bairro onde fica o estádio, deixaram de funcionar por 'problemas técnicos'.

"Olha o que são capazes de fazer, nos pararam os trens do Roca", denunciou a ex-presidente, apontando boicote intencional a um meio de transporte chave na capital argentina. Na falta dos trens, uma multidão chegou a pé até o estádio.

"Estamos em tempo de lhes dizer, assim não!. Não é questão de partidos" disse, e

afirmou que "é questão de sentido comum e Pátria. A Pátria sempre".

Muitos dirigentes peronistas, prefeitos e parlamentares acompanharam Cristina no ato. No final de seu discurso, ela fez um chamado à unidade política e destacou: "Eu também quero lhes dizer que tenho uma grande esperança, necessitamos construir uma força política, uma alternativa que dê aos argentinos uma ideia, uma esperança e um sonho de que vamos poder mudar isto que está acontecendo".

Na eleição do próximo domingo será renovado um terço da Câmara de Senadores para o período 2017-2023 e quase a metade da Câmara dos Deputados para o período 2017-2021.

Pai Oliva faz 89 anos e reitera "completa inocência" dos camponeses de Curuguaty

O jesuíta e jornalista espanhol Francisco Oliva, conhecido no Paraguai como Pa'i Oliva - pela denominação dos sacerdotes em guarani - completou 89 anos, sábado (14), com a defesa da "completa inocência dos camponeses de Curuguaty". Principal referência religiosa do país vizinho, Oliva sublinha que "as vítimas são presos políticos de um sistema que busca uma condenação exemplar para os que lutam", mantendo uma estrutura em que 2,5% dos proprietários detêm 85% das terras.

No dia 15 de junho de 2012, um "confronto" entre 324 policiais e cerca de 60 camponeses - metade deles idosos, mulheres e crianças - resultou na morte de 17 pessoas em Curuguaty. Pelo sangue vertido dos seis policiais e 11 agricultores, os acampados foram declarados culpados pela "Justiça". O camponês Rubén Villalba recebeu a condenação mais dura (35 anos), seguido de Luis Olmedo (20 anos), Arnaldo Quintana e Nestor Castro (18 anos). Mulheres, Fani Olmedo, Dolores Lopez e Lucia Agüero foram condenadas a seis anos de cárcere e estão em prisão domiciliar.

"Por trás de Curuguaty, há mais do que pensamos", ressaltou Pai Oliva, pois a promotora que substituiu Jalil Rachid - vinculado à quadrilha do general Alfredo Stroessner (1954-1989) - expressou claramente a necessidade de penas duras para que os camponeses



Pai Oliva: "Camponeses são presos políticos"

não ocupassem mais terras públicas. Afinal, elas já haviam sido doadas pela ditadura a fazendeiros, que sustentam os juizes e determinam suas sentenças.

"Se deu a Curuguaty uma grande importância", assinalou, para que os camponeses ficassem quietos. "Isso é muito forte, porque o julgamento, a apelação e tudo o que veio depois foi orientado para isso. Porque, obviamente, não foram escopetas para matar coelhos que mataram os policiais, mas fuzis. Mais do que uma causa jurídica, é uma farsa jurídica para dar força política a uma só ideia: frear os camponeses em sua busca por justiça, terra e liberdade", frisou.

Nascido em Sevilla, o sacerdote avalia que "voltou a nascer" em 1964, quando chegou ao Paraguai, que "mudou meu

pensamento político e social". Até então, disse, "tinha vivido na Espanha uma religião separada da realidade. Aqui me dei conta de que uma fé autêntica precisa estar comprometida com o seu entorno". Por isso, fundou a rádio da Universidade Católica de Assunção, já que "os meios de comunicação têm um papel importantíssimo nos avanços sociais, porém seguem em mãos dos que não querem mudanças".

Por despertar a consciência crítica dos mais jovens, nos anos 60 a ditadura de Stroessner o deteve "um mês após de que obtive a nacionalidade paraguaia", acusado de ser "o Lenin dos camponeses". Seis policiais o levaram em uma canoa que cruzou o rio Paraguai até o lado argentino, onde as autoridades o salvaram de ser "um desaparecido mais". Dalí foi para Buenos Aires, onde trabalhou nove anos com refugiados. Perseguido pela ditadura em 1976, acusado de ser um enlace com os soviéticos, conseguiu deixar a Argentina. Viveu na Nicarágua por sete anos, aprendendo e contribuindo com a revolução sandinista.

Em 1996, após 27 anos de exílio da pátria guarani, Pai Oliva pratica o sacerdócio em várias capelas de Assunção, mantém uma escola de formação secundária, uma rádio comunitária, um restaurante para deficientes físicos, tendo ainda fundado uma cooperativa para mães solteiras.

Com o governo de Evo Morales, a Bolívia avança devido a crescentes investimentos públicos, fortalecimento do mercado interno e fomento à produção nacional

A Bolívia é o país cuja economia mais vai crescer em 2017, sendo o quarto ano consecutivo de liderança no desenvolvimento sustentado do Produto Interno Bruto (PIB) na América do Sul. Esta é a projeção uniforme de organismos tão distintos quanto o Banco Mundial (BM), que projeta avanço de 3,9%, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), crescimento de 4% e o Fundo Monetário Internacional (FMI), de 4,2%.

Na avaliação do governo Evo Morales, este é o resultado do Modelo Econômico Social Comunitário e Produtivo vigente desde janeiro de 2006, sustentado em seis alicerces: retenção dos excedentes econômicos que gera o país para o reinvestimento em projetos de desenvolvimento; redistribuição da renda e reativação do mercado interno; crescente investimento público; elevada poupança interna; articulação do capital financeiro com o capital produtivo e a diversificação econômica, com o investimento em obras de infraestrutura e novas empresas estatais.

"Destes seis pontos, acredito que o fundamental para o nosso desenvolvimento é a retenção do excedente para que a riqueza não se vá, seja investida no país", declarou o vice-presidente Alvaro García Linares, durante o 10º Encontro de Economistas da Bolívia, realizado na última quinta-feira, em Santa Cruz de la Sierra.

Na avaliação do presidente Evo Morales, a economia boliviana cresceu de forma sustentada graças à nacionalização dos hidrocarbonetos, em 2006, e a retomada das empresas estratégicas para o estado. Entre outras importantes instituições nacionalizadas, citou Evo, estão a Entel (Empresa Nacional de Telecomunicações, a ENDE (Empresa Nacional de Eletricidade e a YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos). No caso da YPFB, a principal riqueza do país, a nação "recuperou a propriedade, a posse e o controle total e absoluto", invertendo a lógica neoliberal e privatista que remunerava as transnacionais com 82% dos recursos e deixava apenas 18% com o Estado. Agora, o país fica com 82% para investir no seu desenvolvimento e o capital estrangeiro é remunerado com 18%.

Neste momento, o governo prioriza a produção de lítio, principal insumo para o desenvolvimento de baterias elétricas descartáveis e recarregáveis, uma vez que o país tem

47,26% das reservas mundiais e, no Salar de Uyuni, a maior jazida do planeta. Com o compromisso de progredir de forma independente, desde 2008 tem se investido em um projeto de industrialização soberana 100% estatal, sob a supervisão da Corporación Mineira da Bolívia (Comibol). Para fortalecer o processo, em 2010, foi criada a Empresa Boliviana de Recursos Evaporísticos (EBRE), encarregada da exploração, comercialização e industrialização do lítio. Em agosto de 2016, em vez de exportar o produto bruto, sem agregar valor - como o fazem a Argentina e o Chile -, a Bolívia exportou suas primeiras 10 toneladas de carbonato de lítio para a China. Encerrado o projeto piloto, agora o país andino se prepara para a produção de carbonato de lítio "grau bateria". Frente a um crescimento exponencial da demanda, particularmente com o uso em automóveis, a projeção é que a produção mundial de lítio subirá de 200 mil para 300 mil toneladas, com a Bolívia cobrindo 6% do total.

Nos últimos 11 anos - período em que se encontra à frente do governo - Evo reduziu os níveis de pobreza pela metade com crescentes investimentos na área social, mantendo uma taxa média de crescimento do PIB sempre na média dos 5%. A extrema pobreza que era de 38,2% baixou para 16,8% e vem sendo reduzida paulatinamente com o avanço da política de redistribuição de renda adota. "A renda dos 10% mais rico da população superava em 128 vezes a dos mais pobres. Agora esta diferença se reduziu a 37 vezes", explicou o presidente, para quem os níveis de desigualdade social ainda se encontram em patamares inadmissíveis.

Graças ao apoio cubano, o índice de analfabetismo que era de 13% despencou para 2,8%, com o país sendo reconhecido já em 2014 pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), livre desta chaga. Também na área da saúde, com o investimento na construção de 47 novos hospitais e mais de três mil postos médicos, somada à solidariedade cubana, houve uma redução drástica nas taxas de mortalidade infantil e desnutrição crônica, do ponto de vista das conquistas democráticas, mais de 50% de seus 166 parlamentares são mulheres, com 41 vagas ocupadas por representantes dos povos indígenas e 29 por jovens.

LEONARDO SEVERO

Venezuela: PSUV vence em 18 de 23 Estados mas perde "principais geradores de riquezas"

O Conselho Nacional Eleitoral (CNE) da Venezuela, informou que os candidatos do madurista Partido Socialista Unificado de Venezuela (PSUV) venceram as eleições para governador em 18 dos 23 Estados e a oposição em 5.

No entanto, como reconheceu o madurista, Juan Veróes, em seu artigo, "A oposição perdeu, mas saiu ganhando": "Os Estados ou regiões onde é gerada a maior quantidade de riquezas e onde se localizam as maiores reservas petrolíferas e minerais do país caíram nas mãos da oposição".

Apesar de denúncias de irregularidades, a votação foi realizada em clima tranquilo. O ministro da Defesa, Vladimir López, informou que só foram registrados 26 infrações.

Já o chefe do comando de campanha da opositora Mesa de Unidade Democrática (MUD), Gerardo Blyde, exigiu que auditagem geral afirmando: "não reconhecemos nenhum dos resultados". As pesquisas que indicavam que a oposição ganharia na maioria dos governos estaduais, mas o ex-candidato presidencial Henrique Capriles admitiu que disputariam a eleição em piores condições. Na hora de apontar quais eram essas condições se referiu a realocação de centros de votação que representavam menos de 2% dos eleitores. Capriles não conseguiu manter o governo do Estado de país, Miranda, onde tentava a

reeleição. Lá a vitória ficou com Héctor Rodríguez, do PSUV.

Perante os resultados das eleições estaduais houve desentendimentos na MUD. Os candidatos Henri Falcón e Laidy Gómez reconheceram os dados do CNE. A candidata da oposição pelo estado Táchira (oeste), Laidy Gómez, manifestou que assumia as informações que lhe atribuíram a vitória.

Ante o desconhecimento de todas as decisões do CNE manifestado pela direção da MUD, também surpreendeu a declaração do candidato opositor à reeleição no Estado Lara, Henri Falcón, que convocou na segunda, 16, uma coletiva de imprensa para reconhecer sua derrota para a candidata do PSUV, Carmen Meléndez.

"Responsavelmente eu digo: nós perdemos", frisou Falcón.

A participação, exaltada pelo governo de Maduro como excepcional, foi de 61.14% do eleitorado. Nas eleições de 2015 a participação foi de 74,1%. A abstenção foi de 38,86%, ou seja, cerca de oito milhões de pessoas habilitadas a votar não o fizeram. Ainda nos detendo nos números oferecidos pelo CNE, o PSUV angariou 54% dos votos contra 45% da oposição. Ou seja, menos de 30% dos eleitores aprovaram as propostas governistas para as regiões.

Antes da eleição, o PSUV detinha 20 Estados e a oposição três.

Sabotagem de Trump ao acordo com Irã isola os EUA no mundo

Casa Branca se recusa a aceitar oitava certificação da AIEA de que o Irã cumpre acordo nuclear

Em mais uma tresloucada decisão o presidente dos EUA Donald Trump resolveu negar a certificação do histórico acordo nuclear firmado em 2015 com o Irã e mais seis países, apesar da quase unanimidade na comunidade internacional (com exceção de alguns dos fantoches norte-americanos como Israel e Arábia Saudita) de que o Irã tem cumprido rigorosamente a sua parte no acordo. A Agência Internacional de Energia Atômica certificou por oito vezes seguidas desde 2015 que o Irã cumpre o estipulado no acordo nuclear.

"Hoje anuncio que não podemos e não faremos esta certificação", disse Trump nesta sexta-feira (13) na Casa Branca, descrevendo o Plano de Ação Integral Conjunto como "uma das piores transações jamais feita pelos EUA" e acusando o Irã de "cometer múltiplas violações do acordo e de não atuar em conformidade com o espírito do acordo".

De acordo com a lei de revisão do acordo aprovada em 2015 pelo congresso americano os EUA tem de a cada 90 dias avaliar se certifica ou não, ou se mantém ou não os EUA no acordo. A não certificação não retira os EUA do acordo, mas permite uma janela de 60 dias, período em que o Congresso americano pode estabelecer novas sanções contra o Irã, forma que os EUA instituíram à revelia dos outros membros do acordo para poder fazer o que lhe der na telha contra o Irã apesar do acordo. Sanção dos EUA agora, nos próximos 60 dias, contra o Irã caracteriza violação do acordo. E o senso comum.

As acusações do desequilibrado presidente americano se contrapõem até mesmo ao que disse poucas horas antes de seu discurso na Casa Branca o secretário de Estado Rex Tillerson que afirmou à CNN que "em relação ao acordo os EUA não punham em dúvida o cumprimento técnico do acordo pelo Irã".

Trump, para fustigar e sabotar o acordo e provocar o Irã, determinou aos membros do seu governo "a trabalhar com o congresso e os aliados dos EUA para abordar os numerosos defeitos do acordo incluindo uma insuficiente aplicação e quase total silêncio sobre os programas de mísseis do Irã".

O presidente do Irã Hassan Rouhani disse em Teerã que "o presidente dos EUA não pode negar a certificação unilateralmente e acusar o Irã de não cumprir com o acordo de 2015".

O presidente do parlamento iraniano, Ali Larijani declarou nesta segunda (15) que "É claro que o regime sionista de Israel e alguns países como Arábia Saudita desempenharam um importante papel na redação dos discursos de Trump e o dirigiram. A retórica agressiva de Trump busca causar comoção e evitar a cooperação econômica internacional com o Irã."

"Se Trump nega a certificação do acordo é mais um passo dos EUA no caminho do isolamento no cenário internacional, pois o acordo foi firmado pelo Irã e mais seis países - Rússia, China, Reino Unido, França, Alemanha e EUA, e foi respaldado pelo Conselho de Segurança da ONU em uma resolução adotada por unanimidade", apontou um analista político iraniano.

"O mundo parece ter formado um consenso sem precedentes contra a estratégia de Trump para com o acordo. Os sócios dos EUA na União Europeia assim como a China e a Rússia sublinharam sua adesão ao acordo. A ação unilateral de Trump provocaria o isolamento internacional dos EUA. Se o acordo fracassar os EUA serão os responsáveis por isso, o custo pode ser grande", assinalou o professor de Relações Internacionais Seyyed Jali da Universidade Allameh Tabatabaee do Irã ao Irã daily.

O ministério de Relações Exteriores do Irã, no mesmo dia 13, acusou os EUA de patrocinar e propagar o terrorismo na região. Segundo divulgou a agência Mehr, Bahram Qasemi, porta-voz do MINREX, afirmou que "o apoio dos EUA ao regime sionista e aos Estados opressores da região tem conduzido, por um lado, às guerras e conflitos regionais, por outro, ao surgimento do terrorismo. A insistência dos EUA em tais políticas é um erro estratégico com repercussões para a região do Oriente Médio e para o mundo. A política iraniana para a região está dirigida para apoiar a paz e a estabilidade e enfrentar os fatores de desestabilização no Oriente Médio, por tal motivo, combater os grupos terroristas como o Estado Islâmico é de suma importância para a República Islâmica do Irã, finalizou o porta-voz do MINREX.

ROSANITA CAMPOS

Julian Assange: "Hillary mente o tempo inteiro"

O fundador do WikiLeaks, Julian Assange, acusou a ex-candidata do Partido Democrata à presidência dos Estados Unidos, Hillary Clinton, de ser uma pessoa "muito tenebrosa, horrível, que mente constantemente". A declaração do jornalista foi em resposta a uma acusação de Hillary ao canal australiano ABC TV de que o WikiLeaks era "uma mera subsidiária dos serviços de Inteligência da Rússia".

Na avaliação de Assange, "há algo que não está bem com Hillary Clinton". "Não são somente suas constantes mentiras, nem olhares ameaçadores", frisou, nem o fato de que a ex-candidata "ferva" por suas ambições "frustradas" e poder. "Observem com cuidado", alertou, porque sua personalidade tem um aspecto "horripilante raramente visto".

Tentando justificar a derrota, Hillary ale-

gou que a responsabilidade era de Assange por ter "confabulado" com o governo russo no intuito de "prejudicá-la" e "favorecer a Trump". E acrescentou que acreditava que o jornalista guardasse um "ressentimento" pessoal consigo após o atrito que tiveram em torno ao vazamento dos documentos "sensíveis" dos departamentos de Estado e de Defesa, publicados pelo WikiLeaks enquanto ela ocupava a Secretaria de Estado dos EUA.

Se Assange é "um mártir da liberdade de expressão", questionou Hillary, "então por que WikiLeaks jamais publica uma informação daninha e negativa sobre o Kremlin?".

Destacando que, muito diferente da ex-candidata, o WikiLeaks tem um histórico de veracidade "irrepreensível", Assange reiterou que Hillary "não é uma pessoa crível".



Há dezenas de feridos e desaparecidos. Governo decretou calamidade pública

Incêndio florestal em Portugal mata 36 pessoas

Incêndios florestais que assolaram Portugal no domingo (15) e na segunda-feira mataram ao menos 36 pessoas, e há ainda dezenas de feridos e um número não confirmado de desaparecidos. A calamidade forçou moradores a deixarem cidades e vilarejos, de acordo com as autoridades locais. 17 bombeiros e seis civis sofreram queimaduras durante os trabalhos de extinção dos incêndios.

Nas redes sociais, uma foto dramática tirada por um bombeiro, Hélio Madeiras, na localidade de Vieira de Leiria no domingo chamou a atenção. Os incêndios foram espalhados por

fortes ventos desencadeados pela tempestade Ophelia, que chegou à península ibérica. Foi o pior desastre do tipo desde a queimada de junho que matou 64 pessoas em Pedrogão Grande.

De acordo com a portavoz da Defesa Civil portuguesa, Patrícia Gaspar, as mortes aconteceram em áreas de vegetação densa no norte e no centro do país, em meio a temperaturas de mais de 30º Celsius e seca prolongada. O governo do primeiro-ministro Antonio Costa decretou calamidade pública em todos os distritos a norte do Tejo, para assegurar a mobilização dos meios para conter os

incêndios e pediu ajuda europeia. Os incêndios mais graves ocorreram nas serras que rodeiam Coimbra (cidade de 134 mil habitantes), mas as queimadas se estenderam a Valença, Viana do Castelo, Braga e Viseu.

Na Espanha, bombeiros encontraram os corpos de duas mulheres dentro de um carro queimado em uma estrada. A terceira vítima foi um idoso que tentava salvar os animais de sua fazenda. Na província de Vigo, escolas foram fechadas nesta segunda-feira em decorrência do fogo. Na Galícia, foram mais de 130 focos de incêndio.

Embaixador da RPDC na ONU diz que ações de Washington levaram seu país a criar a bomba-H

O embaixador da Coreia Popular na ONU, Kim In-ryong, afirmou que as ações "dos Estados Unidos forçaram a Coreia Popular a criar sua bomba de hidrogênio". Em sua declaração, durante a cúpula da União Interparlamentar, na segunda-feira (16), o chefe da delegação coreana também alertou que Pyongyang continuará ampliando seu arsenal nuclear enquanto permanecer

sob "ameaça dos EUA". "A Coreia nunca discutirá seu direito a armas nucleares enquanto persistir a ameaça nuclear dos Estados Unidos e sua política militante contra Pyongyang", completou. "A menos que a política hostil e a ameaça nuclear dos EUA sejam completamente erradicadas, nunca colocaremos nossas armas nucleares e foguetes balísticos na mesa

de negociação sob qualquer circunstância".

O teste com a bomba de hidrogênio foi realizado no dia 3 de setembro. Em retaliação, os EUA, através do presidente Donald Trump, prometeram "fogo e fúria" a Pyongyang. No Conselho de Segurança da ONU, os EUA aprovaram uma resolução endurecendo as sanções contra o país.

Na Somália destruída pelos EUA, atentados com carros-bomba matam mais de 300 civis

Atentados a bomba em áreas centrais da capital da Somália, Mogadíscio, mataram pelo menos 302 pessoas e feriram outras 300. Desde a invasão dos marines na década de 1990, posta para correr por forças populares, o que ficou registrado no filme "O Falcão Negro Pousou", e posterior assassinato do líder da resistência Mohamed Aidid, o país foi transformado no que nos manuais da CIA e Pentágono é descrito como "um estado falhado", sem governo, sem lei e dividido entre bandos armados, como depois viria a sofrer a Líbia. A Somália é de importância estratégica para o controle

do Chifre da África, região ao largo da qual passa grande parte do tráfego de petróleo do mundo, e foram as três décadas de ofensiva imperialista que conduziram ao surgimento do movimento islâmico Al Shabaab.

Os ataques, descritos como "sem precedentes" e "os piores na história recente" aconteceram em um distrito que sedia órgãos governamentais e hotéis de luxo e entre os mortos há altos funcionários do governo fantoche (Governo Federal de Transição, TFG) instalado após a enésima intervenção montada por

Washington. O Al Shabaab não reivindicou a autoria.

A intervenção dos EUA no país jamais cessou e hoje, além dos drones, há também 300 marines treinando tropas e realizando incursões diárias, além de mercenários. As explosões ocorreram após decisão do governo Trump de julho de intensificar os ataques com drones na Somália. Em maio foi realizada em Londres uma conferência sobre o "futuro da Somália", em que novos e provavelmente fracassados - planos dos EUA e Inglaterra de "nation-building", "construção de nação", foram apresentados.

Partido de Merkel é derrotado na eleição regional da Baixa Saxônia

A chanceler alemã, Angela Merkel, perdeu as eleições na Baixa Saxônia para os social-democratas durante as eleições regionais de domingo (15), dificultando ainda mais suas negociações a nível federal. Dessa forma, o "Partido Social Democrata" (SPD), que passou a integrar a oposição ao governo Merkel, se tornou a maior força do parlamento da região depois de vencer as eleições com 36,9% dos votos.

Esta foi a primeira vez em 19 anos que o SPD ganhou uma eleição no estado, resultado considerado improvável pelas pesquisas até agosto. Assim, o partido de Merkel, a "União Democrata-Cristã" (CDU), ficou com 33,6% dos votos. Em

terceiro lugar está o "Partido Verde", com 8,8% dos votos, e que até então integrava a coalizão do governo.

O "Partido Liberal-Democrático" (FDP), que obteve 7,5% dos votos, já anunciou que não pretende participar de um governo de coalizão com SPD e verdes na Baixa Saxônia, posição que se mantida, pode levar a uma coalizão entre SPD e CDU, sob a liderança dos social-democratas.

Já o "Alternativa para a Alemanha" (AfD), partido conhecido por seu discurso neonazista, alcançou 6,2% dos votos e entrou para o parlamento regional. Fundado em 2013, participa de 14 dos 16 parlamentos

regionais da Alemanha. Em sexto lugar, ficou o partido "A Esquerda", que alcançou 4,6% dos votos, não conseguindo ultrapassar a cláusula de barreira de 5% para entrar no Parlamento.

Ao todo, mais de seis milhões de eleitores foram convocados para participar das eleições antecipadas, convocadas após o governo perder maioria pela saída de uma deputada do bloco para o CDU, partido de oposição. A Baixa Saxônia é o quarto estado mais populoso e sua capital, Hannover, é a 13ª cidade mais populosa do país.

As eleições gerais da Alemanha ocorreram no dia 24 de setembro, com o partido

A chanceler da Europa disse que o Acordo Nuclear com o Irã "não é bilateral" e não cabe aos EUA rescindi-lo. O secretário-geral da ONU, Rússia e China reafirmam defesa do Acordo

Pressão do presidente Donald Trump para rasgar o tratado nuclear com o Irã de 2015 - assinado também por Rússia, China, França, Inglaterra e Alemanha -, cujo cumprimento vem sendo atestado pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) isolou os EUA no mundo inteiro, com Paris, Londres e Berlim em declaração conjunta se afirmando "comprometidos" com sua preservação, assim como Moscou, que considerou como "fora de questão" qualquer alteração, e Pequim, que o classificou de chave para "a não proliferação e a paz na região". Também o secretário geral da ONU, Antonio Guterres, conclamou a que o acordo "seja mantido".

Trump se recusou na sexta-feira (13) a recertificar que o Irã cumpre o acordo - conforme exige a cada três meses lei do congresso - e remeteu a questão ao Senado dos EUA, onde são necessários 60 votos para sua derrubada, sendo que os republicanos só detêm 52 cadeiras.

No comunicado europeu, Emmanuel Macron, Theresa May e Angela Merkel ressaltaram que a "preservação" do acordo é "um interesse compartilhado" de seus países e convocaram o governo dos EUA e o Congresso "a considerarem as implicações para a segurança do país e de seus aliados antes de tomarem qualquer medida que possa colocar em risco o acordo nuclear, inclusive a adoção de novas sanções ao Irã". Os chefes de estado europeus assinalaram ainda que "o acordo nuclear foi a conclusão de 13 anos de diplomacia", sendo "um passo enorme para garantir que o programa nuclear iraniano não seja desviado para fins militares".

UNIÃO EUROPEIA

Por sua vez a chanceler da União Europeia, a italiana Federica Mogherini, afirmou que o acordo nuclear com o Irã "não é um acordo bilateral" e não cabe aos EUA rescindi-lo. Já o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, o socialdemocrata Sigmar Gabriel, classificou o anúncio de Trump "um sinal problemático e, a nosso ver, perigoso. O acordo com o Irã mostrou pela primeira vez que é possível evitar a guerra através de negociações e, acima de tudo, impedir que um país adquira armas nucleares". Uma rescisão do acordo iraniano "transformaria o Oriente Médio em um viveiro de crise", acrescentou. Pelo acordo, o Irã reduziu praticamente pela metade o número de centrifugas para produção de combustível nuclear, aceitou mudanças no reator a água pesada de Arak e inspeções da AIEA, em troca do levantamento das sanções e do quase banimento de sua exportação de petróleo.

O New York Times relatou como a ação de Trump teve, como de hábito, um aspecto de encenação. Segundo o NYT, foi procurada "uma solução que permitisse a Mr. Trump sinalizar sua desaprovção do acordo [tema constante da sua campanha presidencial] sem colocar os EUA na posição de ser o primeiro signatário a violá-lo". Essa solução, prosseguiu o jornal, "foi declarar que a suspensão das sanções não era 'apropriada e proporcional' às medidas que o Irã tomou para encerrar suas atividades nucleares ilícitas". Na verdade, a isso se somou a provocação de colocar sob novas sanções [que não se relacionam com o acordo] a unidade de elite do exército iraniano, a Guarda Revolucionária.

Com seu governo em crise aberta, cerco da mídia e popularidade em queda, a cada semana Trump busca algum bode expiatório para desviar a atenção sobre seu fracasso, o que vai da polêmica sobre o ajoelhar nos jogos até o acordo com o

Irã, que sempre chamou de "maior fracasso" de Obama.

A questão não passou despercebida à chancelaria russa, cujo vice responsável, Sergey Ryabkov, advertiu que o acordo não deveria se tornar uma "moeda de barganha" na luta política doméstica dos EUA. "Para muitos [nos EUA] e particularmente no Congresso, a crítica do JCPOA [iniciais do acordo em inglês] se tornou um instrumento para manobrar problemas que estão muito longe do propósito do documento", afirmou, acrescentando que um acordo internacional tão importante "merece uma atitude inteiramente diferente" e "deveria não ser tratada como moeda de barganha".

"Nosso objetivo permanece o mesmo: devemos preservar essa importante conquista diplomática em um campo tão importante como a não-proliferação nuclear global", destacou o diplomata russo. Quanto a isso, é importante ressaltar a posição do chefe da diplomacia alemã, Gabriel, apontando que é preciso dizer aos americanos "que seu comportamento traz os europeus para uma posição comum com a Rússia e a China contra os EUA na questão do Irã".

DIPLOMACIA ALEMÃ

Gabriel chamou a atenção para outra questão - sumamente importante no atual momento -, ao ser indagado em entrevista se Trump "estava brincando com a paz mundial em relação ao Irã". "Seria um golpe devastador para o desarmamento nuclear. Alguns estados poderiam ver a ruptura do acordo no Irã como um sinal de que eles deveriam adquirir armas nucleares o mais rápido possível", afirmou. O que diz respeito "muito mais do que ao Irã", acrescentou. "Seria completamente inútil empurrar a Coreia do Norte para a adoção de um tratado de segurança se o acordo do Irã cair".

Enorme risco também percebido pelo chefe do Departamento de Não-Proliferação e Controle de Armas da chancelaria russa, Mikhail Ulyanov. "Tal política voltada para erodir o acordo [com o Irã] e sua credibilidade de fato desferiu um pesado golpe nos esforços globais de não-proliferação". "Tais atitudes de Washington apenas reforçam a crença de outros países, como a Coreia do Norte, de que 'não faz sentido negociações com os EUA', já que qualquer acordo internacional, mesmo aqueles bancados pelo Conselho de Segurança da ONU, podem ser facilmente terminados", ressaltou Ulyanov.

JOHN KERRY

A manutenção do acordo também foi defendida enfaticamente pelo ex-secretário de Estado John Kerry, que passou vários anos negociando o que agora Trump cuida de rasgar. Kerry afirmou que "não se pode redefinir unilateralmente" os termos do acordo que, afiançou, "nos dá um quarto de século de responsabilidade absoluta" [quanto às armas nucleares]. "Se você quiser ter sua guerra, Donald Trump, você pode ter isso daqui a 20 anos".

"Os EUA ficarão mais isolados do que nunca", afirmou o presidente Hassan Rouhani em resposta ao discurso de Trump - considerado pelo NYT como "talvez o mais hostil de qualquer líder americano em relação ao Irã desde que o presidente George W. Bush colocou o país em seu 'eixo do mal' em 2002". "O discurso [de Trump] mostrou que o acordo nuclear é muito mais forte do que esse senhor imaginou durante sua campanha eleitoral. Esse é um acordo internacional e multilateral. Não se trata de um documento assinado somente entre Irã e EUA, que ele possa tratar da maneira que bem entende".

ANTONIO PIMENTA

Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil - 10

Continuação da edição anterior

Nos estendemos sobre a questão da resistência popular – em total contraste com o agachamento da nobreza – à invasão em Portugal, porque há uma contribuição dela, em nossa opinião, inequívoca, ao lado plebeu da Revolução da Independência

CARLOS LOPES

A desolação em Portugal, nas semanas que seguiram à fuga da família real, foi retratada, de maneira comovente, pelo bispo do Rio de Janeiro, Dom José Caetano da Silva Coutinho, retido em Lisboa pela invasão francesa (somente no final de abril de 1808, três meses depois da comitiva de D. João, o bispo conseguiu chegar ao Brasil).

Dom José Caetano – que, em 1823, seria o primeiro presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, e, depois, senador – descreve o sentimento do povo, após a partida da família real, como “a maior consternação, e desalento, que jamais se experimentou nas calamidades de Portugal”. A maior importância de seu livro é a percepção – que ele não explicita, mas é decorrente do relato – de que os maiores responsáveis pela restauração da popularidade da família real, bastante abalada após a fuga para o Brasil, foram os franceses (v. D. José Caetano da Silva Coutinho, “**Memória Histórica da Invasão dos Franceses em Portugal no Ano de 1807**”, Impressão Regia, Rio, 1808).

Trata-se de algo praticamente geral nas guerras napoleônicas após 1804 – e mais evidente na Rússia, Portugal e Espanha. A brutalidade das tropas – e da administração – francesas provocou revoltas populares, nas quais os antigos representantes do feudalismo (desde a Coroa portuguesa até o czar da Rússia) foram tomados como símbolos nacionais. Mesmo no caso da Espanha, em que Carlos IV, e, depois, Fernando VII – respectivamente, pai e irmão da rainha de Portugal, Carlota Joaquina – se submeteram a Bonaparte, mas foram, em seguida, substituídos por um irmão do imperador francês: a revolta do povo fez lembrar a primeira grande obra da literatura espanhola, o Poema do Meu Cid: “Deus! Para tão bom vassalo, tão mau rei!” (no original: *¡Dios, qué buen vasallo, si oviesse buen señor!*).

Portanto, a marcha fúnebre, que Beethoven teria acrescentado à Sinfonia nº 3 (a “Eroica”), quando soube que Napoleão se proclamara imperador, é plenamente justificada. Talvez a história da marcha fúnebre não seja exata, mas, segundo um amigo de Beethoven, ao saber da notícia, disse o compositor: “Ele não é nada mais que um homem ordinário! Agora ele também pisará os direitos humanos para satisfazer a sua ambição; será um tirano, como todos os outros” – e rasgou a dedicatória para Napoleão, na partitura da “Eroica” (cf. o relato de seu discípulo e amigo Ferdinand Ries em Wegeler e Ries, “**Biographische Notizen über Ludwig van Beethoven**”, Schuster & Loeffler, Berlim/Leipzig, 2ª ed., 1906, p. 93).

LEVANTE

Coimbra revoltou-se contra os ocupantes franceses a 23 de junho de 1808. A guarnição dos invasores foi cercada e, antes de ser presa, atirou contra a multidão. Surpreendentemente, não conseguiram atingir ninguém – falou-se em “milagre”, mas, segundo um historiador contemporâneo dos acontecimentos, o pânico que acometeu os soldados impediu-os de acertar um só tiro (cf. José Acúrcio das Neves, “**História Geral da Invasão dos Franceses em**



Portugal e da Restauração deste Reino”, Tomo III, Lisboa, 1811, p. 210).

Formado, com estudantes e professores da Universidade de Coimbra, o Batalhão Acadêmico (conhecido, na História de Portugal, como “Batalhão Acadêmico de 1808”), este foi lançado em direção à Figueira da Foz, onde, com 3.000 camponeses que se juntaram no trajeto, tomou o forte, no dia 27 de junho.

Junot decide, então, desviar para Coimbra as tropas do general Loison – um carniceiro conhecido por “Maneta” (perdera o braço esquerdo em um acidente de caça) – que ordenara os fuzilamentos e a pilhagem de Caldas da Rainha, façanha descrita pelo bispo D. José Caetano da Silva Coutinho:

“Havia mais de um mês que no Régio Hospital daquela vila se achavam quatrocentos franceses, comendo todos os mantimentos que havia de sobressalente, e consumindo as suas rendas futuras, de maneira que por muitos anos não podem prestar o costumeado socorro e curativo aos pobres; e estes hóspedes não estavam tão doentes que não tivessem cometido várias diversões e distúrbios na terra, e indisposto contra si ânimos dos moradores; até que finalmente apareceram um dia sete granadeiros moços e robustos, que se julgaram mandados de propósito da Praça de Peniche a insultar as pessoas mais pacíficas que encontravam e a desatender algumas mulheres na sua própria casa.

“Numa destas casas, que fica na rua do Olival, ouviram-se altos gritos de uma mulher, que se queixava dos franceses; acudiu a vizinhança e vários cadetes e soldados do segundo Regimento do Porto, que então ali se achava aquartelado; travou-se uma rixa em que ficaram feridos alguns franceses.

“... A consequência foi aparecer dentro de poucos dias rodeada a vila das Caldas de um pé de Exército de quase seis mil homens de Infantaria, de Cavalaria, e nove peças de Artilharia. No mesmo dia em que chegaram, começou uma horrorosa pilhagem nas casas e nos campos, que não cessou em todos os seis dias que ali estiveram, e a que não escapou gado, pão, vestidos, trastes, vinho, azeite, dinheiro do rico e do pobre.

“No dia seguinte, que era um sábado, prenderam-se perto de vinte pessoas, paisanos e soldados do Porto; no domingo e na segunda-feira se inquiriram e acarearam muitas pessoas, a que assistia o Juiz de Fora da terra, Antônio Amado, na presença do General Loison, Chefe do Exército, e da comissão mandada por Junot; e finalmente, na terça-feira pela manhã, sem mais processo nem figura de júri, mandaram-se sair da prisão Pedro José Pedrosa, escrivão da Câmara, João de Proença, filho do Correio Mór, ambos rapazes de vinte anos, um padeiro da vila chamado Casimiro, um tenente do Regimento do Porto chamado Manuel Joaquim, um cadete,



Tela de Antônio Parreiras sobre a chegada das forças brasileiras em Salvador durante a Guerra da Independência

três soldados e um tambor do mesmo Regimento. Três ou quatro clérigos acompanharam estes nove desgraçados desde a cadeia até um campo que fica nos arredores da vila; e este foi todo o tempo e todo o socorro espiritual que lhes foi concedido.

“Foram notificadas todas as pessoas de alguma representação da vila para assistirem; e no meio do Exército e da Artilharia, que formava os três lados duma grande praça vazia, todos os nove padecentes foram arcabuzados com poucos tiros, que ainda lhes deixaram alguns momentos de vida, para lançar pungentes gritos de agonia e horríveis gestos de morte.

“Em todo aquele dia um terror inexplicável se apoderou dos moradores, que se fecharam em casa. Na quarta-feira seguinte, no mesmo sítio e no meio do mesmo bélico aparato, mandou-se formar o segundo Regimento do Porto, e com a maior infâmia, se lhe despiram as fardas, e se lhe tiraram as armas, lançando-se com desprezo as reais bandeiras sobre os tambores; e dissolvido o corpo, na mesma hora se dispersaram os soldados para fora da vila. Deste modo se vingaram de um Regimento que na Guerra do Rossilhão lhes fez sentir os golpes da sua bravura” (D. José Caetano da Silva Coutinho, op. cit., pp. 50-53).

Nas palavras de um escritor português da época: “*Loison, mais conhecido pela alcunha de Maneta, foi sem contradição o monstro mais sanguinário que a cólera napoleônica vomitou sobre Portugal*” (Luís de Sequeira Oliveira, “**Diálogo entre os principais personagens franceses, no banquete dado a bordo da Amável por Junot, no dia 27 de Setembro de 1808**”, Lisboa, 1808, 2ª ed., p. 7, nota).

RESISTÊNCIA

A notícia de que o sanguinário Loison marchava para Coimbra mobilizou toda a cidade. Foi dada ordem ao Batalhão Acadêmico para deixar Figueira da Foz e voltar à cidade.

Mas havia poucas armas, e, sobretudo, faltavam pólvora e balas. É nesse momento que José Bonifácio se destaca:

“Procurou-se salitre, fizeram-se ensaios no laboratório químico, e no dia 26 pelas dez horas da noite apareceu, com grandes aplausos, fabricada a primeira porção de pólvora; e neste trabalho se continuou noite, e dia, debaixo da inspeção do Doutor Thomé Rodrigues Sobral, lente de Química. Não se sabiam fazer cartuxos, nem

havia balas; mas a essa mesma hora se mandaram buscar dois soldados portugueses convalescentes, que estavam no hospital, para se empregarem no cartuxame, e oficiais de ourives, e funileiros para fundirem balas. Igualmente foram chamados um sargento, e alguns soldados, que estavam destacados nas ferrarias de Tomar, debaixo das ordens do lente de Metalurgia, e Intendente das Minas, o Doutor José Bonifácio de Andrada e Silva, para trabalharem no cartuchame; e principiou a fazer-se metralha, para quando houvessem peças, que já se esperavam da Figueira” (cf. José Acúrcio das Neves, op. cit., pp. 224-225).

Entre as 10 horas da noite e às seis da manhã do dia 27, foram fabricados 3.000 cartuchos em Coimbra.

Porém, o país todo estava levantado – antes de qualquer intervenção externa, pois as tropas inglesas do general Wellesley (o futuro duque de Wellington) somente desembarcaram em Portugal a 1º de agosto de 1808.

Isso fez com que Junot desviasse outra vez as hordas do “Maneta”, que não chegaram a Coimbra.

ROMPIMENTO

Encerramos aqui essa breve incursão na resistência às invasões francesas – houve três, entre 1807 e 1811 – em Portugal. Basta, por último, dizer que, até a expulsão definitiva dos franceses, José Bonifácio destacou-se pela coragem e no comando militar – terminou a guerra como comandante do Batalhão Acadêmico (cf. Arthur Lamas, “**Centenário de uma medalha da guerra peninsular**”, O Arqueólogo Português, Volume XIII, 1908, p. 149).

A resistência aos ocupantes representava – e, efetivamente, era – uma ruptura com a nobreza, quase toda ela ajoelhada vergonhosamente diante do invasor ou assilada no Brasil. Teria, por isso, uma importância imensa na formação de José Bonifácio e de outros brasileiros que ficaram em Portugal durante a ocupação.

Mas é possível falar em “formação” a propósito de um homem que, em 1808, no levante de Coimbra, tinha 45 anos?

Essencialmente, ele já é um homem formado. No entanto, a invasão francesa colocou imediatamente para ele uma escolha: ficar em Portugal ou voltar para o Brasil – algo que, mais de uma vez, planejava.

Por que, então, ele ficou em Portugal?

Parece-nos que Octávio Tarquínio de Sousa abordou bem as motivações de José Bonifácio, quando escreveu: “Para um homem do seu feitio o abandono da terra ao invasor sem escrúpulos devia causar extrema repugnância. (...) Não parece, pois, temerário supor que ficou

em Portugal porque quis, porque teve escrúpulos de figurar entre os numerosos parasitas e áulicos que acompanharam a família real portuguesa e aqui passaram anos amaldiçoando o clima, falando mal dos negros e mulatos, carpindo saudades da terra que não souberam ou não puderam defender” (cf. “**História dos Fundadores do Império do Brasil**”, Vol. I, ed. cit., pp. 100-101).

Pior ainda – com certeza – deveriam ser, para José Bonifácio, aqueles que se tornaram parasitas e áulicos de Bonaparte.

A resistência aos franceses tornou mais nítido, para ele, o significado daquela nobreza que sufocava Portugal. Algo disso transpareceu de forma explícita, anos depois, na sua recusa em aceitar qualquer título nobiliárquico – embora ele não tenha sido, nisso, único entre os homens da Independência: Gonçalves Ledo e José Clemente Pereira também recusaram assumir títulos do que era, na opinião deles, uma simulação da nobreza metropolitana perfeitamente ridícula. E, realmente, assim era.

BAHIA

Nos estendemos sobre a questão da resistência popular – em total contraste com o agachamento da nobreza – à invasão em Portugal, porque há uma contribuição dela, em nossa opinião, inequívoca, ao lado plebeu da Revolução da Independência.

Notemos que, muito depois do fim das invasões de Napoleão, em 1816, quando o mulato baiano Francisco Gomes Brandão – conhecido na História do Brasil pelo nome que escolheu após a Independência, Francisco Gê Acaiaba de Montezuma – foi estudar em Coimbra, o clima (ou, seria melhor dizer, o espírito) dos estudantes brasileiros era de mal contido inconformismo.

Especialmente Montezuma iria condensar esse espírito, naquilo que os mestres portugueses consideravam mau comportamento. Quando de sua formatura em Direito e Filosofia, no ano de 1821, o conceito da banca examinadora sobre esse estudante foi o seguinte: “*Em procedimento e costumes, aprovado por 2, reprovado por 6; em mérito literário, muito bom por 1, bom por 7; em probidade, prudência e desinteresse, aprovado por 4, reprovado por 4*” (v. Helio Vianna, “**Vultos do Império**”, CEN, 1968, p. 76).

Mesmo assim, foi diplomado. Talvez fosse um daqueles casos, referidos por Machado de Assis, na voz, vinda do alêmtúmulo, de Brás Cubas: “... desembarquei em Lisboa e segui para Coimbra. A Universidade esperava-me com as suas matérias áruas; estudei-as muito mediocrementemente, e nem por

isso perdi o grau de bacharel; deram-mo com a solenidade do estilo, após os anos da lei; uma bela festa que me encheu de orgulho e de saudades, — principalmente de saudades. (...) No dia em que a Universidade me atestou, em pergaminho, uma ciência que eu estava longe de trazer arraigada no cérebro, confesso que me achei de algum modo logrado, ainda que orgulhoso”.

Machado – que, aliás, seria autor de uma reminiscência sobre Montezuma, em seu artigo “**O Velho Senado**”, escrito já na época da República, em 1898 – devia saber do que estava falando: bacharéis do tipo de Brás Cubas, formados em Coimbra, existiam aos montes, no Brasil.

Mas, ao contrário de Brás Cubas, Montezuma preferiu voltar logo à Bahia, onde, em seguida, se engajou na sangrenta Guerra da Independência do Brasil.

Passou a fazer parte da redação do “*Diário Constitucional*”, jornal cujo dono, Francisco José Corte Real, mudaria seu sobrenome para “*Corte Imperial*”. Depois, Montezuma fundou “*O Constitucional*”, ao qual sucedeu “*O Independente Constitucional*”.

Vereador em Salvador, Montezuma tentou impedir a posse do general lusitano Madeira de Melo no comando militar da Bahia.

Isto aconteceu em 18 de fevereiro de 1822. No dia seguinte, os soldados portugueses de Madeira desencadearam a chacina. Ao invadir o Convento da Lapa, encontraram pela frente a abadessa, sóror Joana Angélica, assassinando-a com golpes de baioneta.

Madeira declara-se em sublevação contra o governo do príncipe regente, D. Pedro, com incentivo – e, mesmo, comemorações, como documenta Oliveira Lima – das Cortes de Lisboa.

Porém, na Bahia, as vilas de Cachoeira, Santo Amaro e São Francisco, representadas por suas Câmaras, se declaram pelo governo do Rio de Janeiro. Salvador, ocupada pelas tropas lusitanas, está, a partir daí, isolada.

Montezuma escapa da capital e torna-se membro do governo provisório, estabelecido em Cachoeira. Foi na condição de representante desse governo – e, portanto, dos baianos – que ele irá, em seguida, ao Rio, onde foi recebido por D. Pedro I e José Bonifácio. Durante a Guerra da Independência – encerrada a 2 de julho de 1823 com a entrada das forças brasileiras em Salvador – Montezuma irá duas vezes ao Rio, a segunda, por terra, uma viagem que durou 74 dias por um país sem estradas, algo semelhante a uma epopeia.

A lembrança mais marcante desta viagem, para Montezuma, foi a lepra – a atual Hanseníase – que afetava extensa parte da população no interior do Brasil.

Continua na próxima edição